

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Formação de Conselheiros Nacionais

Caroline Matos da Cruz Correia

COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL:

o papel das redes sociais digitais no processo de mobilização social, com um olhar sobre a gestão participativa de recursos hídricos.

Belo Horizonte
2014

Caroline Matos da Cruz Correia

COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL:

o papel das redes sociais digitais no processo de mobilização social, com um olhar sobre a gestão participativa de recursos hídricos.

Monografia apresentada ao Programa de Formação de Conselheiros Nacionais da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais.

Orientador: Ricardo Fabrino Mendonça.

Belo Horizonte

2014



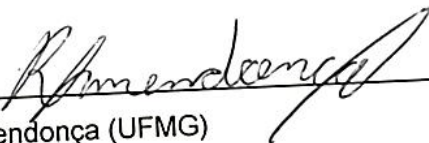
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH
Departamento de Ciência Política
Centro de Referência em Ciências Humanas - Sala 305 - Anexo
Av. Antônio Carlos 6627 Pampulha - Campus Pampulha.
Belo Horizonte/MG - CEP 31270-901
E-mail: adm_edist@fafich.ufmg.br TEL: (031) - 3409-5004

ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Aos 5 (cinco) dias do mês de novembro de 2014 (dois mil e quatorze), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada **"COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: O PAPEL DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS NO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL, COM UM OLHAR SOBRE A GESTÃO PARTICIPATIVA DE RECURSOS HÍDRICOS."** elaborada por Caroline Matos da Cruz Correia.

A Comissão, composta por Ricardo Fabrino Mendonça e Rayza Sarmiento, após apresentação da monografia, deliberou pela sua **aprovação**, o que confere à aluna o título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Belo Horizonte, 5 de novembro de 2014.



Ricardo Fabrino Mendonça (UFMG)



Rayza Sarmiento (UFMG)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo estudar a participação social na gestão de recursos hídricos no Brasil e, de maneira mais específica, como as redes sociais digitais podem e estão sendo utilizadas para mobilizar, recrutar e inserir indivíduos em ações coletivas. Nesse sentido, e de forma complementar a discussão teórica, é analisado um caso concreto, a *Fan Page*, no Facebook, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, um órgão colegiado composto por diferentes setores da sociedade, e responsável pela gestão compartilhada e integrada das águas em sua área de atuação.

Palavras-chave: Participação, redes sociais e recursos hídricos.

ABSTRACT

The present work aims to study social participation in water resources management in Brazil and, more specifically, how digital social networks can and are being used to mobilize, recruit and place individuals in collective action. In this sense, and as a complement to theoretical discussion, is analyzed a case, the Fan Page at Facebook, The São Francisco River Basin Committee, a collegial entity composed of different sectors of society, a and responsible for shared and integrated water management in their basin area.

Keywords: Participation, social networks and water resources.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Matriz Institucional do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	19
Figura 2: Representação dos membros do CBH São Francisco por segmentos	43
Figura 3: Representação dos membros do CBH São Francisco por unidades federativas.....	44
Figura 4: Imagem compartilhada na página do CBH São Francisco no dia 03/01/2014	48
Figura 5: Enquadramento das mensagens publicadas em janeiro de 2014	49
Figura 6: Enquadramento das mensagens publicadas em fevereiro de 2014.....	51
Figura 7: Enquadramento das mensagens publicadas em março de 2014.....	52
Figura 8: Enquadramento das mensagens publicadas em abril de 2014	53
Figura 9: Avatar da Campanha	54
Figura 10: Mensagem publicada na <i>Fan Page</i> do CBHSF	55
Figura 11: Enquadramento das mensagens publicadas em maio de 2014.....	57
Figura 12: Mensagem publicada na Fan Page do CBHSF, no dia 05/06	58
Figura 13: Enquadramento das mensagens publicadas em junho de 2014	59
Figura 14: Mensagens publicadas pelo Comitê e seguidores na Fan Page do CBHSF	60
Figura 15: Mensagens publicadas pelo CBHSF de acordo com o enquadramento.....	61
Figura 16: Mensagens publicadas pelos seguidores na Fan Page do CBHSF	62

LISTA DE SIGLAS

ANA - Agência Nacional de Águas
CBH - Comitês de Bacias de Hidrográficas
CBHSF - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
CMMD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
EUA - Estados Unidos da América
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE - Índice de Conformidade ao Enquadramento
ICWE - Conferência Internacional de Água e Meio Ambiente
ONU - Organização das Nações Unidas
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRH - Política Nacional de Recursos Hídricos
PT - Partido dos Trabalhadores
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
SINGREH - Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SNIRH - Sistema Nacional de Informações em Recursos Hídricos
TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação
UIT - União Internacional de Telecomunicações
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL.....	10
1.1 Construção da nova Política de Recursos Hídricos no Brasil	12
1.2 Política Nacional de Recursos Hídricos	17
1.2.1 Comitês de Bacias Hidrográficas.....	22
2. PARTICIPAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E INTERNET	25
2.1 Espaço telemático – Internet.....	35
3. METODOLOGIA.....	41
4.1 <i>Fan Page</i> CBH do Rio São Francisco - <i>Facebook</i>	43
4. ANÁLISE DA <i>FAN PAGE</i> DO CBH DO RIO SÃO FRANCISCO.....	46
5. CONCLUSÃO.....	63
REFERÊNCIAS.....	65

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), instituída pela Lei Federal 9.433, em 08 de janeiro de 1997, impôs um novo desafio à administração pública e à sociedade brasileira ao estabelecer uma gestão integrada, descentralizada e participativa das águas. Alterou-se, assim, um processo de gestão que era feito de maneira centralizada e fragmentada, uma vez que cada setor – energia, saneamento, agricultura, infraestrutura – construía suas normatizações e executava as suas ações. As decisões eram tomadas pelos governos estaduais e federal, sem a participação adequada dos governos municipais e da sociedade.

A chamada Lei das Águas inovou, portanto, ao estabelecer princípios e diretrizes para a implementação de uma governança descentralizada e participativa, institucionalizada por meio dos conselhos de recursos hídricos e dos comitês de bacias hidrográficas, que são colegiados compostos por representantes dos poderes públicos federal, estaduais e municipais, usuários de água e sociedade civil, com poder de deliberação e normatização.

Nesse contexto, o presente trabalho busca estudar a participação social na nova política de recursos hídricos, embora o foco não seja as instâncias formais de partilha de poder, mas a forma como as redes sociais digitais podem ser utilizadas para mobilizar e convocar indivíduos para uma participação ativa na esfera pública. Esse enfoque torna-se pertinente porque, embora a participação social tenha sido determinada legalmente, sua efetivação não pode ser imposta, mas sim construída por meio de um processo contínuo de aprendizagem e mobilização social, como observam José Bernardo Toro e Nisia Maria Duarte Werneck (2004).

Cabe ressaltar, como expõe Renan Mafra (2006), que a mobilização social é um processo essencialmente comunicativo, que permite o compartilhamento de visões, discursos, sentimentos, informações, conhecimentos e responsabilidades. O uso dos recursos e dos espaços da comunicação estratégica é, portanto, fundamental em um processo de mobilização social, sendo o espaço telemático ou digital, aqui trabalhado, apenas uma das possibilidades.

Partindo dessas considerações iniciais, o presente trabalho procurou fazer uma revisão teórica e histórica da política de recursos hídricos no País, da participação social e da Internet, para, então, analisar um caso concreto.

O processo histórico de construção da política das águas no país, desde o período

colonial até a atualidade, é sucintamente apresentado no capítulo 1, destacando-se os marcos legais, bem como os fatos históricos, econômicos, sociais e ambientais que impulsionaram o desenvolvimento da agenda de recursos hídricos no Brasil e no mundo. Também são discutidas, brevemente, as diretrizes e os instrumentos de gestão da nova política, além dos conselhos de recursos hídricos e dos comitês de bacias hidrográficas, que são a base da gestão participativas das águas no Brasil.

A participação social é analisada de maneira geral, no capítulo 3, uma vez que a gestão participativa no setor de recursos hídricos é reflexo de um movimento mais amplo, ocorrido com a reabertura do debate acerca da democracia e participação popular, iniciado na segunda metade do século XX. Nesse período, em muitos países, especialmente os ditos do Sul, começaram a ocorrer lutas pela ampliação da democracia, por uma cidadania mais ativa e pela criação de novos espaços públicos. É nesse contexto que a Política Nacional de Recursos Hídricos se consolida, com os seus conselhos e comitês de bacias.

O espaço telemático é apresentado na sequência, a partir do resgate histórico da criação e estruturação da Internet, a rede mundial de computadores que revolucionou as comunicações e tem impactado o funcionamento das sociedades modernas. Com origem no final dos anos de 1960, a Internet hoje conecta mais de dois bilhões de pessoas no planeta, de acordo com dados da União Internacional de Telecomunicações (UIT), e tem efeito positivo na interação social, com aponta Castells (2004). O autor ressalta que apesar de limitações e desafios a serem superados, a Internet oferece um suporte tecnológico e é um meio de comunicação importante para as ações de mobilização social.

Por fim, a análise teórica e histórica será enriquecida com a análise de um caso concreto de mobilização por meio de rede social digital, que é a *Fan Page* do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) no *Facebook*, que possui mais de 21 mil seguidores. Criada em 2012, a página é um espaço para diálogo, trocas de informações e convocações para eventos e ações entre aquelas pessoas que têm interesse pela temática água e, em especial, pela bacia do Velho Chico.

As mensagens e os comentários foram analisados a partir dos enquadramentos que, de acordo com William Gamson (2011), inspiram a mobilização e a ação coletiva, quais sejam: *injustiça, ação e identidade*. A partir destes componentes, os diálogos estabelecidos na rede social em estudo serão analisados, com o objetivo de compreender como o CBHSF, administrador da página, e seus seguidores atuam na mobilização para participação direta ou indireta na política das águas.

1. GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL

A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) foi instituída no Brasil pela Lei Federal 9.433, de 08 de janeiro de 1997, conhecida como a Lei das Águas. Inspirada no modelo francês, que estabelece a bacia hidrográfica como unidade territorial para a gestão, e uma estrutura descentralizada e participativa, a legislação brasileira é resultado de um processo histórico de lutas e discussões no âmbito local e global, visando garantir a preservação e o direito ao uso da água pelas atuais e futuras gerações.

É importante ressaltar que embora a política de recursos hídricos, com o viés da sustentabilidade, seja recente no País, as primeiras normas legais relacionadas direta ou indiretamente ao seu gerenciamento foram instituídas ainda no Brasil Colônia. Nesse período, entretanto, a percepção que se tinha era de que os recursos naturais eram infinitos, o que refletia na intensa exploração do meio ambiente, sem preocupação com sua conservação e preservação, exceto pela proteção de alguns recursos naturais, como o pau-brasil, em função de interesses econômicos da Coroa Portuguesa. Nesse cenário, podemos destacar as seguintes normas, como enumeram Assunção e Bursztyn (2001, p. 1):

Datam da época do Brasil Colônia as primeiras normas legais que afetavam direta ou indiretamente os recursos hídricos do Brasil, como as: (i) Ordenações Afonsinas e Filipinas - bastante avançada para sua época, pois foram elaboradas para a Península Ibérica que convivia com escassez de água; (ii) a proibição, pelos Holandeses, do lançamento do bagaço de cana nos rios e açudes pelos senhores de engenho; (iii) as Cartas Régias de 1796 e 1799, a primeira criando a figura do "juiz conservador das matas"; e a segunda proibindo o corte da floresta e a derrubada de algumas espécies madeiras de valor comercial; (iv) a Ordem de 09 de abril de 1809, que prometia liberdade aos escravos que denunciassem os contrabandistas de madeira (pau-brasil e tapinhoã); (v) a Lei nº 317, de 1843, que previa multa e apreensão das embarcações que fossem encontradas com contrabandos de pau-brasil; e (vi) a Lei 601, chamada "Lei das Terras", que estabelecia pena de prisão de dois a seis meses e multa de "cem mil réis" pela derrubada e queimadas das matas.

Com a independência do Brasil, em 1822, apesar de a Constituição Imperial não fazer referência à tutela ambiental e anular grande parte dos dispositivos legais relacionados a recursos hídricos criados no período anterior, é importante ressaltar que o Código Penal Brasileiro, estabelecido pelo Decreto nº 847, de 11/10/1890, trazia em seu Art. 162 a seguinte determinação: *“Corromper, ou conspurcar, a água potável de uso commum ou particular, tornando-a impossível de beber ou nociva á saúde: Pena de prisão cellular por um a três anos”* (BRASIL, 1890).

Na sequência, em seu Art. 329, parágrafo segundo, o Código estabeleceu pena de prisão celular por um a seis meses e multa, no caso de desvio do curso de água de uso público ou particular. No capítulo sobre danos a coisas públicas, no Art. 389, o Código determinou multa de 50\$ a 100\$, além da obrigação de reparar o dano causado, para obras que obstruíssem os esgotos e vedassem o escoamento das águas.

De acordo com Assunção e Bursztyn (2001), o governo só veio se preocupar mais efetivamente com a elaboração de normas legais que normatizassem a utilização de recursos naturais, como floresta e água, a partir de 1906. A preocupação ainda não era com intuito preservacionista, mas com os interesses econômicos acerca dos mesmos. Em relação aos recursos hídricos, as pesquisadoras explicam que:

... o Projeto do Código de Águas foi elaborado no ano seguinte (pelo jurista Alfredo Valladão, a pedido do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas) e encaminhado à Câmara dos Deputados para apreciação. Mas a edição do Código de Águas só veio a ocorrer quase três décadas depois, devido a sua inadequabilidade tanto aos dispositivos da Constituição Federal vigente, quanto aos problemas relacionados às secas periódicas que ocorriam no semi-árido nordestino. (ASSUNÇÃO E BURSZTYN, 2001, p. 2)

Em 1891, foi promulgada a Constituição Republicana que não trouxe muitos avanços para esta temática, mas definiu competências para legislar sobre as navegações em rios nacionais e transfronteiriços. Ao Congresso Nacional foi atribuída a competência para legislar sobre a navegação dos rios que banhassem mais de um estado ou se estendessem a territórios estrangeiros, conforme disposto no artigo 34, § 6º. À União e aos Estados, para legislar sobre a navegação interior, como exposto no artigo 13.

Elaborado sob essa ordem constitucional, destaca-se ainda o Código Civil de 1916, que dedica uma das seções à utilização de água e ao regime da propriedade, mais especificadamente em seus artigos 563 a 568. Ele normatizou a regulação do direito de uso desse recurso no que diz respeito ao direito de vizinhança e à utilização da água como um bem de domínio privado e de valor econômico limitado.

O primeiro diploma legal a tratar efetivamente do uso de recursos hídricos no Brasil foi, entretanto, o Código das Águas, editado pelo Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, servindo inclusive de modelo para a legislação de outros países, por estabelecer uma política hídrica bastante moderna e complexa para a época (HENKES, 2003). O objetivo era regular o uso e o aproveitamento das águas no Brasil, com vistas a incentivar especialmente a produção de energia hidroelétrica.

Destaca-se aqui que do total de 205 artigos deste Código cerca de trinta por cento (30%) referem-se ao aproveitamento do potencial hidráulico. Estes artigos foram regulamentados e aplicados na íntegra, porque havia grande interesse do governo em viabilizar a produção de energia a baixo custo, para atender às demandas das novas indústrias que estavam sendo instaladas no País (ASSUNÇÃO E BURSZTYN, 2001, p. 2).

É importante ressaltar que o Código das Águas foi sancionado no período em que o Brasil saía de uma crise econômica, vivenciada nos fins do século XIX e início do século XX. Naquele momento, o Estado investia no crescimento do País que passava do modelo econômico agrário para o industrial, o que exigia uma maior utilização da energia elétrica para a geração de riquezas e a necessidade de sua produção a baixo custo. O Código das Águas teve, portanto, um papel importante para normatizar o incremento da produção energética, mas não houve preocupação com a preservação dos recursos hídricos, exceto algumas notas de não poluição (SILVA, 2006).

Mesmo voltado para a priorização da energia elétrica, o Código avançou nos conceitos de uso e propriedade das águas, normatizando acerca de dominialidade, propriedade, desapropriação, derivações, desobstrução, competências legislativas e administrativas, navegação, concessões, autorizações, fiscalização penalidades, dentre outros (HENKES, 2003). A nova legislação também classificou as águas como águas públicas, águas comuns e águas particulares. Na dominialidade pública, as águas poderiam pertencer à União, aos Estados ou aos Municípios, conforme Art. 29. Eram consideradas águas comuns as correntes não navegáveis e fluviáveis. E particulares: *“as nascentes e todas as águas situadas em terrenos que também o sejam, quando as mesmas não estiverem classificadas entre as águas comuns de todos, as águas públicas ou as águas comuns”*, como consta no Art. 8º.

O Código das Águas ainda está vigente, pois não consta revogação expressa em relação a essa normativa, embora esteja bastante alterada e revogada por leis posteriores que, no transcorrer das mudanças econômicas, sociais e ambientais que se deram no Brasil, especialmente a partir dos anos 1970, fizeram-se necessárias.

1.1 Construção da nova Política de Recursos Hídricos no Brasil

O século XX foi marcado por fatos históricos, econômicos, sociais e ambientais que marcaram o desenvolvimento da agenda dos recursos hídricos e do meio ambiente no Brasil

e no mundo. Especialmente após a II Guerra Mundial, houve a necessidade de investimento em infraestrutura, seguida de um rápido crescimento populacional e econômico pautado pela forte industrialização que resultou numa crise ambiental devido à degradação dos recursos naturais (TUCCI, 2004).

No início da década de 1970, a pressão ambiental para o controle e redução desses impactos foi intensificada em todo o mundo, sendo crescente a preocupação da população mundial em relação às questões ambientais, especialmente nas nações industrializadas, que passou a exigir uma gestão menos predatória dos recursos naturais.

Nesse contexto, foi publicado em 1972 o relatório ‘Os Limites do Crescimento’ pelo Clube de Roma, fundado em 1968 e formado por cientistas, industriais, economistas e líderes políticos. O documento apresentou a análise e a projeção, a partir de modelos matemáticos, das consequências do crescimento da população mundial, em ritmo acelerado, considerando a pressão sobre os recursos naturais e o aumento da poluição, bem como a interação entre os sistemas do planeta com os sistemas humanos, prevendo um colapso econômico e social no século 21. Dentre os principais problemas, o relatório apontou: industrialização acelerada; rápido crescimento demográfico; escassez de alimentos; esgotamento de recursos não renováveis e deterioração do meio ambiente.

O documento teve repercussão internacional e foi amplamente debatido na primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, naquele mesmo ano. No encontro, foi elaborada uma Declaração Final com 26 princípios, que procurou despertar uma consciência ambiental e estabelecer uma nova agenda de meio ambiente no âmbito das Organizações das Nações Unidas (ONU). Nesse contexto, vale citar o item 6 do documento que proclama (ONU, 1972):

Chegamos a um momento da história em que devemos orientar nossos atos em todo o mundo com particular atenção às consequências que podem ter para o meio ambiente. Por ignorância ou indiferença, podemos causar danos imensos e irreparáveis ao meio ambiente da terra do qual dependem nossa vida e nosso bem-estar. Ao contrário, com um conhecimento mais profundo e uma ação mais prudente, podemos conseguir para nós mesmos e para nossa posteridade, condições melhores de vida, em um meio ambiente mais de acordo com as necessidades e aspirações do homem (ONU, 1972).

Em relação aos países em desenvolvimento como o Brasil, o relatório avaliou que a maioria dos problemas ambientais era motivada pelo subdesenvolvimento, citando que milhares de pessoas viviam em situação precária com a privação de alimentação e vestuário,

de habitação e educação, de condições de saúde e de higiene adequadas. Na sequência recomendou: *Assim, os países em desenvolvimento devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento, tendo presente suas prioridades e a necessidade de salvaguardar e melhorar o meio ambiente.*(ONU, 1972). Diante deste cenário, tornaram-se crescente as acusações em relação aos graves problemas ambientais em países em desenvolvimento.

Ainda no cenário internacional, é importante destacar a Conferência da ONU realizada em 1982 em Nairóbi, Quênia, onde foram definidas duas prioridades de atuação no âmbito ambiental de escala global, que afetavam a gestão das águas: a criação de unidades de conservação e a recuperação de áreas degradadas. No ano seguinte, a ONU criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMMD), conhecida como Comissão Brundtland, com o objetivo, dentre outros, de levantar os principais problemas ambientais do planeta, dentre eles, a necessidade de gestão das águas de forma sustentável.

O trabalho resultou no relatório ‘O nosso futuro comum’, lançado em 1987, que reafirmou a visão crítica ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados, com alto nível de consumo e uso dos recursos naturais, incompatível com a capacidade de suporte do planeta. A partir deste relatório, que defendia o modelo de desenvolvimento a ser adotado como *“aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações de prover as suas próprias necessidades”*, foi construído o conceito de desenvolvimento sustentável que se tornou conhecido em todo o mundo.

Em relação à gestão de recursos hídricos especificamente, é importante destacar a Conferência das Nações Unidas sobre Água, realizada em 1977 em Mar Del Plata, Argentina. Ao final do encontro, como consta no relatório da Conferência, os participantes acordaram que todos os povos têm direito à água potável em quantidade e qualidade para satisfazer suas necessidades básicas. De acordo com a autora Solange Teles da Silva (2006), o tema saneamento básico também foi discutido amplamente no encontro.

O relatório dessa conferência consagrou ainda como princípio fundamental a cooperação na valorização dos recursos compartilhados e adotou o objetivo de avaliar as consequências das diversas utilizações da água sobre o meio ambiente e de incentivar as medidas de luta contra as doenças de origem hídrica e proteger os ecossistemas. Em 1980, a Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou a década de 1981-1990 como a Década internacional da água potável e do saneamento (A/RES/35/18), como uma resposta a tomada de consciência da importância das questões relacionadas à água (SILVA, 2006, p.961).

Em 1992, houve a Conferência Internacional de Água e Meio Ambiente (ICWE) realizada em Dublin, Irlanda, que apontou como crítica a situação futura dos recursos hídricos em todo o mundo, alertando para a necessidade de seu uso sustentável. Ao final do evento, foram estabelecidos alguns princípios, como enumera Silva (2006), quais sejam: I - A água doce é um recurso finito e vulnerável, essencial para a manutenção da vida, para o desenvolvimento e para o meio ambiente; II - O desenvolvimento e a gestão da água devem ser baseado no enfoque participativo, envolvendo os usuários, os planejadores e os formuladores de políticas, em todos os níveis; III - As mulheres têm um papel central na provisão, gestão e preservação da água e IV - A água tem um valor econômico em todos os seus múltiplos usos e deve ser reconhecida como um bem econômico.

Os princípios de Dublin foram referendados na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como Eco 92. Naquele momento houve a manifestação formal dos líderes políticos globais, representantes de 179 países, em relação à necessidade de conciliar o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social e a utilização sustentável dos recursos naturais. Dentre os documentos formais produzidos, o de maior destaque foi a Agenda 21, que cita a importância desse compromisso político em seu preâmbulo, no item 1.3:

A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. O êxito de sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais. A cooperação internacional deverá apoiar e complementar tais esforços nacionais. Nesse contexto, o sistema das Nações Unidas tem um papel fundamental a desempenhar. Outras organizações internacionais, regionais e subregionais também são convidadas a contribuir para tal esforço. A mais ampla participação pública e o envolvimento ativo das organizações não-governamentais e de outros grupos também devem ser estimulados.

É importante ressaltar que esses e outros marcos históricos internacionais influenciaram de maneira efetiva a construção de um ideário ambientalista no Brasil, que vivia um ambiente antidemocrático e de investimento prioritário no desenvolvimento econômico, sem preocupação com a preservação, como afirma o pesquisador Pedro Jacobi no contexto da Conferência de Estocolmo:

O Brasil teve papel de destaque como organizador do bloco dos países em desenvolvimento que viam no aumento das restrições ambientais uma interferência nos planos nacionais de desenvolvimento. No Brasil, por exemplo, as restrições ambientais eram conflitantes com as estratégias de desenvolvimento apoiadas justamente na implantação de indústrias poluentes como a petroquímica e a instalação de grandes projetos energéticos-minerais. É importante ressaltar que a postura brasileira coincide com o período de auge de crescimento econômico do país, atingindo 10% ao ano” (JACOBI, 2003, p. 3).

Naquela década, a luta por direitos ambientais no Brasil começou ganhar amplitude, que foi reforçada com o fim da era do “milagre econômico” ainda nos de 1970, como sintetiza Nilton Manoel Lacerda Adão (2009).

Toda essa euforia em nome do “crescimento a qualquer preço” perdeu força com as crises do petróleo no mundo e com as redefinições nas políticas econômicas internacionais. Assim, cada país passou a tomar medidas protecionistas para fortalecer seu mercado interno. Findada a era do “milagre brasileiro”, o General Presidente Ernesto Geisel (1974-1979) assumiu o governo propondo uma abertura política “lenta, gradual e segura” que viria a se consolidar com as eleições indiretas para Presidência da República em 1984 (ADÃO, 2009).

A crise impactou inclusive a forma de atuação do movimento ambientalista brasileiro, que ampliou a sua luta por direitos socioambientais, integrando novos atores e demandas. Paralelamente também começaram aparecer outras questões diretamente ligadas aos problemas de agravamento da degradação ambiental internos no País, como o déficit de saneamento, que até então não fazia parte da pauta política nacional nem da agenda das organizações civis.

As entidades da sociedade civil passaram, então, a se capacitar para exercer uma influência cada vez maior sobre o Estado, o Legislativo, a comunidade científica e o empresariado. Aqui, destaca-se a atuação de uma classe média intelectual, especialmente do Sudeste e Sul do Brasil, que passou a se posicionar de maneira contundente e a exigir transformações e direitos ambientais, além de inovações institucionais que ampliassem e institucionalizassem espaços de participação social na esfera pública.

E foi nesse contexto, de internacionalização das questões ambientais e luta pela redemocratização do Brasil, que a maioria das disposições ambientais brasileiras foi criada, fazendo evoluir o Direito Ambiental.

Apenas em caráter exemplificativo, destacam-se aqui algumas normas da produção legislativa a partir da década de 1970 na área ambiental, como enumera o pesquisador Guilherme Júnior (2006): II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), de 1974 e o III PND, em 1979, que incorporaram em seu bojo medidas de caráter ambiental; o Plano

Nacional de Conservação de Solos, de 1975; o Decreto-Lei nº 1.413/75, que disciplina a emissão de poluentes pelas atividades industriais; as Leis de Zoneamento Industrial (Lei 6.803/80); de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental (Lei 6.902/81); de Estudo de Impacto Ambiental (Resolução 01/86 do CONAMA); o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei 7.661/88); Criação do IBAMA (Lei 7.735/89); Agrotóxicos (Lei 7.802/89); a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), a Lei nº 7.347/85, que disciplina a Ação Civil Pública por danos causados ao meio ambiente e outros bens de valor artístico, paisagístico, estético e histórico; e a Constituição Federal de 1988.

Conhecida como a "Constituição Verde e Cidadã", a Constituição Federal aborda de forma mais ampla as questões ambientais, sendo reconhecida pela comunidade internacional como um dos textos constitucionais mais avançados do mundo no que se refere ao meio ambiente, na época. Dentre os principais avanços da Carta Magna pode-se destacar que as águas deixaram de ser bens privados e passaram a ser considerados bens públicos, com a dominialidade e a gestão divididas entre a União, os Estados e o Distrito Federal. A constituição Federal de 1988 também ampliou e fortaleceu as instâncias de participação no âmbito das políticas públicas.

Nesse sentido, a legislação de recursos hídricos avançou no sentido de criar conselhos não apenas consultivos, mas normativos e deliberativos, compostos pelo governo e sociedade, e com poder de Estado para promover a gestão regional, no âmbito das bacias hidrográficas.

O Estado de São Paulo foi o primeiro a aprovar sua lei de recursos hídricos, em 1991, seguido por outros 13 entes da Federação, até 1997, quando foi instituída a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e criado o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), pela Lei Nº 9433, de 8 de janeiro de 1997. O projeto de lei para a criação da PNRH foi enviado pelo governo federal ao Congresso Nacional em 14 de novembro de 1991 e, durante cinco anos, houve debates, seminários e audiências públicas. Os objetivos, os fundamentos, as diretrizes e os instrumentos de gestão da nova política das águas serão apresentados no próximo tópico, com enfoque na participação social por meio de conselhos de recursos hídricos e de comitês de bacias hidrográficas.

1.2 Política Nacional de Recursos Hídricos

A aprovação da Lei das Águas (Lei 9.433/97), em 1997, representou a institucionalização de uma nova Política Nacional de Recursos Hídricos no País, com novos

princípios, conceitos, paradigmas e instrumentos de gestão, adequando a legislação aos conceitos de desenvolvimento sustentável e criando espaços de participação social. Cabe ressaltar, como resgata Rebecca Abers (2005), que a gestão das águas no Brasil foi historicamente construída de forma centralizada, sem a participação dos municípios e sociedade, e fragmentada, com planejamentos e normas setorizados.

A nova legislação trouxe, portanto, os princípios, as diretrizes e o desafio de se implementar uma gestão integrada, envolvendo todas as políticas setoriais, descentralizada para o nível de bacia hidrográfica e participativa, ao envolver usuários e sociedade civil no processo decisório, por meio dos conselhos de recursos hídricos e dos comitês de bacias hidrográficas, compostos por uma multiplicidade de atores públicos, privados e da sociedade civil organizada.

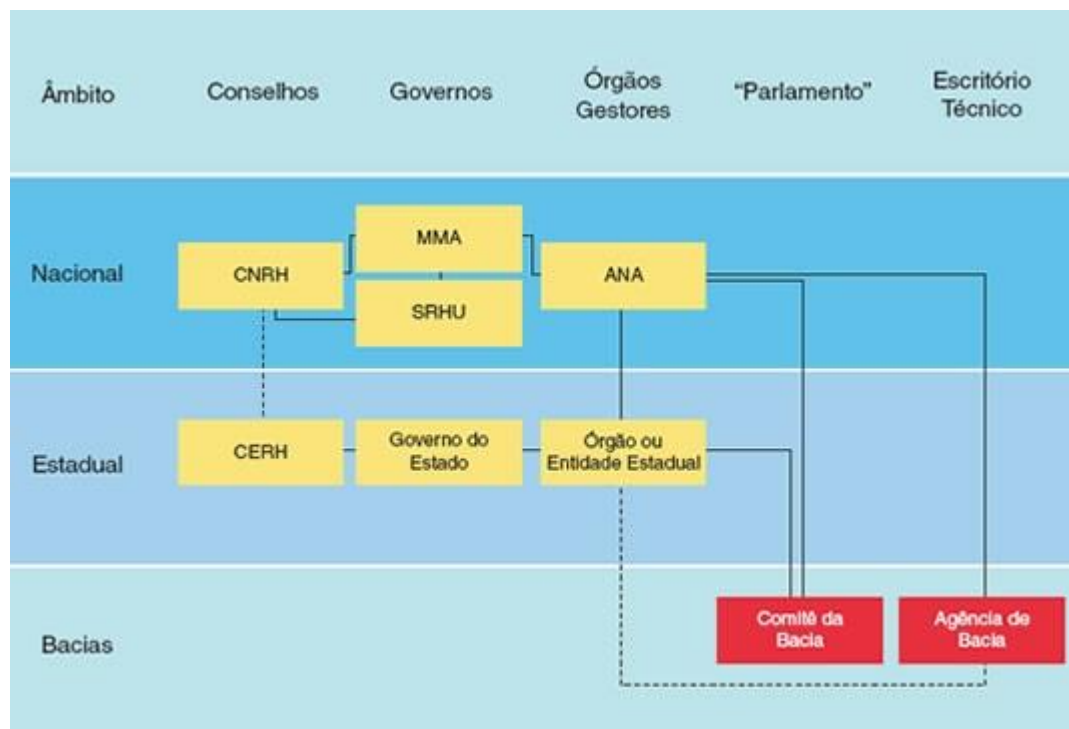
A normativa também reconheceu a finitude dos recursos hídricos e o seu valor econômico, no artigo 1: “*a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico*”. E determinou que em caso de escassez o uso prioritário seja o consumo humano e a dessedentação de animais, mas a sua gestão deve proporcionar sempre os usos múltiplos.

No Capítulo II, ao estabelecer os objetivos da PNRH, ressalta-se a preocupação com a sustentabilidade, tais como: *I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos; II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável; III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais* (BRASIL, 1997).

A Lei das Águas também criou o SINGREH, que tem na sua matriz institucional o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) - órgão máximo, a Agência Nacional de Águas - órgão gestor, o Ministério do Meio Ambiente - órgão operacional, os conselhos estaduais e do Distrito Federal, os comitês de bacias hidrográficas, órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, cujas competências se relacionam com a gestão de recursos hídricos, além das agências de bacias, que são entidades criadas para dar apoio administrativo, técnico e financeiro aos comitês.

A Figura 1 apresenta a Matriz Institucional do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos:

Figura 1 Matriz Institucional do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos



Fonte: ANA, 2009.

Em relação aos instrumentos de gestão, a legislação federal elencou: os planos de recursos hídricos; o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água; a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos; a cobrança pelo uso de recursos hídricos e o sistema de informações sobre recursos hídricos.

Os planos de recursos hídricos são instrumentos orientadores da gestão, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos, devendo ser acompanhados de revisões periódicas. Os documentos são elaborados por bacias hidrográficas, para o Estado e para o País. Eles são discutidos e aprovados no âmbito dos comitês de bacias e deliberados nos conselhos de recursos hídricos, com a necessidade legal de uma ampla participação da sociedade, através de consultas e reuniões públicas.

O Plano Nacional de Recursos Hídricos foi aprovado em 2006, com previsão de ações de curto (2007), médio (2011) e longo prazo (2015-2020), além de revisões a cada quatro anos. De acordo com o Relatório de Conjuntura de Recursos Hídricos no Brasil 2013, publicado pela Agência Nacional de Águas (ANA), até dezembro de 2012, 18 unidades da federação possuíam seus planos estaduais. Em relação aos planos de bacias, o estudo indica que já existiam, naquele momento, cerca de 100 documentos concluídos, com destaque para

estado de São Paulo, onde todas as 22 unidades de gestão de recursos hídricos possuíam seus planos, cobrindo integralmente seu território.

Além da construção dos planos de maneira participativa, é desafio para a gestão a sua efetivação e implementação por meio de negociações político-institucionais, no âmbito do governo e dos comitês de bacias.

O enquadramento dos corpos de água em classes é outro instrumento de planejamento que estabelece níveis de qualidade a serem alcançados ou mantidos em um segmento de corpo de água para atender as necessidades de uso da sociedade, como conceitua a Resolução 357/2005, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), em seu artigo 2º, inciso XX: *“enquadramento: estabelecimento da meta ou objetivo de qualidade da água (classe) a ser obrigatoriamente alcançado ou mantido em um segmento de corpo de água, de acordo com os usos preponderantes pretendidos, ao longo do tempo”*.

No enquadramento, portanto, não é observada apenas a situação atual dos corpos d'água, mas a qualidade que eles devem ter para atender as diferentes necessidades de uso, considerando o cenário atual e o futuro. Para isso, o enquadramento e as metas de qualidade deverão ser discutidos e pactuados com a sociedade, e aprovados pelos comitês de bacias.

Ainda no âmbito do enquadramento, cabe apresentar que alguns órgãos gestores de recursos hídricos no Brasil incorporaram ao monitoramento da qualidade de suas águas o Índice de Conformidade ao Enquadramento (ICE). Desenvolvido originalmente no Canadá, o ICE mede a distância entre a atual condição de qualidade de um corpo de água e os padrões de qualidade estabelecidos pelo seu enquadramento, permitindo o gestor monitorar e avaliar a efetivação do enquadramento em sua área de gestão e as necessidades de investimentos e ações prioritárias (ANA, 2013).

O relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2013, publicado pela ANA, apresenta o resultado do monitoramento do ICE realizado em 2011, em 928 pontos de coletas de diferentes bacias hidrográficas do País. O estudo mostra que dentre os pontos monitorados, 56% em estão em situação péssima (26%) ou ruim (30%), 24% estão em situação regular, 14% boa e 6% ótima, revelando, portanto, o quão distante estão as condições de qualidade das águas dos rios brasileiros das metas de enquadramento estabelecidas para o trechos avaliados nesse estudo.

Dando sequência aos instrumentos de gestão, tem-se a outorga de direito de uso de recursos hídricos, que está em fase mais avançada de implementação por parte das instituições estaduais, de acordo com a avaliação do Plano Nacional de Recursos Hídricos

(2006), sendo que a maior parte das entidades outorgantes já possui resoluções e portarias específicas, além de ações proativas em busca de usuários outorgáveis. Esse instrumento é fundamental para assegurar o controle quantitativo e qualitativo do uso da água, bem como garantir o seu uso múltiplo.

A Cobrança é um instrumento econômico de gestão de recursos hídricos, que visa promover o seu uso racional e gerar recursos para investimentos na própria bacia hidrográfica em que foram captados. Cabe aos comitês de bacias pactuarem e proporem ao respectivo conselho de recursos hídricos os mecanismos e valores que devem ser adotados para a cobrança em suas áreas de atuação.

É importante ressaltar que a cobrança não é taxa nem imposto, mas uma remuneração pelo uso de um bem público. Os recursos arrecadados devem ser destinados especificamente para a preservação e a recuperação das bacias hidrográficas do País, por meio de um plano de aplicação aprovado pelos comitês de bacias. Estão sujeitos à cobrança, os usos outorgados. Os usos considerados pela legislação como insignificantes não são passíveis de cobrança.

De acordo com a avaliação do Plano Nacional de Recursos hídricos, este é o instrumento com o maior grau de complexidade para a sua implementação, sendo inclusive um indicador do estágio da implementação da Política de Recursos Hídricos, na medida em que sua implantação decorre da concretização de outros instrumentos da Política.

Para Abers (2005), com este instrumento, o legislador buscou assegurar recursos financeiros para a gestão da água em cada bacia e o custeio dos organismos que integram ao sistema de gerenciamento de recursos hídricos, sendo chave para a sustentabilidade de um novo sistema decisório descentralizado e participativo.

O último instrumento previsto na Lei das Águas é o Sistema de Informações em Recursos Hídricos, que é um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.

A legislação prevê que a obtenção e a produção de dados e informações devem ser feitas de maneira descentralizada. A coordenação do sistema, unificada, garantindo acesso aos dados e informações à toda a sociedade. As entidades outorgantes são as responsáveis por organizar, implantar e gerenciar o sistema nos âmbitos estaduais e federal. No âmbito das bacias hidrográficas cabe às agências de água gerir os referidos sistemas. No âmbito nacional foi criado o Sistema Nacional de Informações em Recursos Hídricos (SNIRH), coordenado pela ANA.

Cabe ressaltar a importância do sistema de informações em um modelo de gestão pautado na participação social nos processos decisórios, uma vez que o compartilhamento de dados e informações confiáveis são estratégicos para a tomada de decisão com segurança técnica por parte da sociedade, usuários e poder público (BRASIL, 2006).

1.2.1 Comitês de Bacias Hidrográficas

Com o novo sistema de gerenciamento de recursos hídricos implementado no Brasil a partir da Lei Nº 9.433/97, os comitês de bacias de hidrográficas (CBHs) se tornaram a base da gestão integrada, participativa e descentralizada, com atuação no âmbito da bacia hidrográfica, uma territorialidade natural diferente das tradicionais fronteiras político-administrativas dos municípios, estados e União (ABERS e KECK, 2004).

Os comitês, de acordo com as determinações legais, são organismos colegiados amplamente representativos compostos pelo Estado, usuários e sociedade, com funções deliberativas (tomam decisões) e normativas (estabelecem normas), não sendo apenas instâncias de consulta. Nesse sentido, os CBHs são órgãos de Estado, com poder de tomar decisões sobre um bem público, por meio de suas deliberações e resoluções, que devem ser cumpridas em sua área de abrangência. São também espaços para discussão, representação e articulação de interesses e propostas de diversos atores em torno de diferentes questões envolvendo a gestão das águas, visando sempre a negociação de conflitos e a promoção dos usos múltiplos da água (Minas Gerais, 2011).

Os comitês podem ser constituídos em bacias de rios de domínio federal ou estadual, por decreto do presidente da República ou do governador do Estado, de acordo com a sua abrangência. Em geral, a estrutura organizacional dos comitês compõe-se de plenário, diretoria, câmaras técnicas e grupos de trabalho, com competências definidas em seus respectivos regimentos internos.

É importante ressaltar que todas as reuniões dos comitês são públicas e todos os participantes podem manifestar a sua opinião sobre os temas discutidos na plenária. O direito ao voto, entretanto, é restrito aos membros do comitê, que são eleitos por meio de um processo democrático e nomeados pelos chefes do executivo federal ou estaduais, para um mandato que pode variar de acordo com seu regimento interno.

Ao fazer parte de um comitê, todos poderão interferir e participar ativamente da gestão das águas da bacia onde ele está inserido, com direito a voz e voto. Dentre as suas

principais atribuições estabelecidas pela Lei 9.433/97, Art. 38, estão: *I- promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes; II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos; III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia; IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas; VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados; e IX - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.*

Rebecca Abers avalia, entretanto, que embora existam hoje no país mais de 140 comitês de bacias, seja de abrangência federal ou estadual, grande parte ainda está em fase inicial de implementação, sem sustentabilidade financeira, apoio político e programas de capacitação para os seus membros afim de que eles exerçam suas funções legais, com qualidade técnica.

Anos depois, ficou claro que o otimismo foi exagerado. Com algumas exceções, a maioria das bacias hidrográficas estudadas em 2001 avançou em termos da capacidade de promover a gestão de água, mas a evolução foi muito mais lenta que a esperada. É comum que um comitê passe anos concentrando-se na mobilização de potenciais membros e na aprovação de regimentos internos. Continua sendo um sonho distante para a maior parte desses organismos formular e aprovar planos de bacia hidrográfica, negociar preços para cobrança por uso de água, instituir agências de bacia para implementar o novo sistema de cobrança e influenciar no processo decisório dos órgãos públicos que lidam com a gestão de água. (ABERS, 2010, p.23).

Ela ressalta, ainda, que os comitês de bacia se encontram em diferentes níveis de desenvolvimento considerando as diversas regiões do país nas quais estão implantados, e são inúmeros os desafios e os obstáculos para a sua consolidação, seja de natureza institucional, social, político ou financeira.

A natureza representativa dos comitês fez que muitos participantes apostassem na capacidade do novo sistema de gestão em racionalizar o uso da água e ser mais democrático. No entanto, os especialistas em recursos hídricos não esperavam tamanha dificuldade na implementação da nova legislação. Nossas entrevistas indicam que os indivíduos empreendedores da reforma tinham exata noção dos grandes desafios técnicos impostos pelo novos modos de gestão, mas subestimaram os desafios sociais e políticos implícitos ao processo de mudança. (ABERS e KECK, 2004, p 4)

Assim, a participação social, foco deste trabalho, é apenas um dos desafios para a

administração pública e sociedade no âmbito da gestão compartilhada das águas. E sua efetivação deve ser construída por meio de um processo de mobilização social, cujos referenciais teóricos serão apresentados no próximo capítulo.

2. PARTICIPAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E INTERNET

Como explicitado no capítulo anterior, a nova Lei das Águas rompeu com um modelo centralizado de gestão dos recursos hídricos e estabeleceu as bases e diretrizes para a implementação de uma gestão participativa, descentralizada e integrada. Com a nova legislação, a administração pública e as entidades da sociedade civil, representados em órgãos colegiados, passaram a compartilhar poder e responsabilidades na implementação desta política pública.

Cabe ressaltar que a conquista por uma gestão participativa dos recursos hídricos é reflexo de um movimento mais amplo, ocorrido com a reabertura do debate acerca da democracia e participação popular, iniciado na segunda metade do século XX, com o fim da Guerra Fria. Chamada pelo cientista político Samuel P. Huntington de terceira onda de democratização, o debate alcançou o Brasil e os demais países da América Latina, Europa e África.

Nesse momento houve questionamentos sobre a prática hegemônica da democracia que se estabeleceu no pós-guerra, especialmente nos países que se tornaram democráticos após a segunda onda de democratização, que se iniciou no começo do século XX, como ponderam Leonardo Avritzer e Boaventura Santos (2003).

De acordo com os pesquisadores, o modelo hegemônico de democracia supervaloriza o papel dos mecanismos de representação, consolidando democracias de baixa intensidade, que restringem a participação ao processo de constituição de governos e do legislativo em determinado período pré-estabelecido. Assim, acabam por desconsiderar o significado primário da democracia com seu caráter inclusivo e participativo e o voto passa ser a principal forma de participação política.

... a proposta que se tornou hegemônica ao final das duas guerras mundiais implicou em uma restrição das formas de participação e soberania ampliadas em favor de um consenso em torno de um procedimento eleitoral para formação de governos (AVRITZER e SANTOS, 2003 p 2)

Ressalta-se que no processo de construção das democracias, nas duas primeiras ondas de democratização, as lutas sociais por reconhecimento e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais eram recorrentemente interpretadas como ameaça à ordem social, e combatidas com repressão como observam Ricardo Mendonça e Eleonora Cunha (2012). Esse cenário começou mudar no pós-guerra com o surgimento do Estado de Bem-Estar Social, que reconhece nos atores coletivos agentes políticos importantes na construção de uma sociedade democrática.

A formação dos Estados de Bem-estar Social, principalmente na Europa do Pós-Guerra, legitimou os sindicatos como atores políticos, bem como organizações representativas de empresários, ambos interlocutores do Estado na formulação dos pactos que deram origem a esse novo formato do Estado liberal (FIORI, s/d apud MENDONÇA E CUNHA, 2012, p.10).

Na segunda metade do século XX, quando ocorre a terceira onda, a concepção hegemônica de democracia passa a ser ainda mais questionada ao revelar muitas limitações. Embora considerada inevitável em função da complexidade da sociedade moderna, era latente a sua incapacidade de representar a sociedade em sua totalidade, considerando as desigualdades econômicas e as diversidades étnicas e sociais, apresentando assim dificuldades de representar agendas e identidades específicas.

Cabe contextualizar que nesse período os sistemas políticos estavam se tornando mais complexos e os indivíduos, mais bem informados e críticos, com o surgimento e a consolidação de diferentes meios de comunicação, eficazes no compartilhamento de informações e ideais. Com essas transformações, um novo cenário era construído, propício ao surgimento de novos movimentos sociais e de novas críticas ao modelo de representação tradicional.

Nesse momento, em muitos países começaram a ocorrer lutas pela ampliação da democracia, por uma cidadania mais ativa, pela criação de novos espaços públicos, uma interlocução mais efetiva entre sociedade e governo, incorporação de novos atores e de novos temas na agenda política e pela busca de novas formas de exercício da participação.

Os países ditos do Sul tiveram papel importante nessa luta pela democratização, com apelo pela ampliação da participação, o que direcionava para uma redefinição do significado da democracia e da relação entre representação e participação democráticas. A proposta era a de incrementar a participação popular nas democracias representativas.

O que se pretendia, então, não era excluir a representação da democracia. Ao contrário, a proposta é mantê-la, resignificando-a por meio da valorização da participação dos cidadãos nas decisões governamentais com a adoção de elementos da democracia direta. Essa participação é vista de forma positiva por teóricos participacionistas, inclusive, por criar uma cidadania ativa, ao promover o aumento do desenvolvimento humano, a redução da noção de distância com os centros do poder e aumentar a preocupação dos indivíduos com os problemas coletivos (SCAVO, 2010).

Carole Pateman, citada por Scavo, amplia a discussão ao defender que o controle democrático deve ser estendido a todas as esferas da vida social, especialmente, a

instituições-chave, como os locais de trabalho ou nas comunidades onde vivem, que também precisam ser democratizadas. Ela considera que a apatia política está relacionada à falta de um exercício diário de participação das pessoas nas decisões que afetam suas vidas:

[...] construída em torno da afirmação central de que indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente. A existência de instituições representativas a nível nacional não basta para a democracia; pois o máximo de participação de todas as pessoas, a socialização ou o 'treinamento social', precisa ocorrer em outras esferas, de modo que as atitudes e qualidades psicológicas necessárias possam se desenvolver. Esse desenvolvimento ocorre por meio do próprio processo de participação (PATEMAN, 1992, p.60, apud SCAVO, 2010, p.58).

O argumento é o de que se faz necessário ampliar o campo político, e a participação deve permear todas as relações sociais, indo além das relações com o Estado, alcançando outras dimensões como as sociais, econômicas, familiares, culturais e profissionais. “A repotilização destas dimensões teria como resultado uma profunda transformação da cidadania através de uma participação mais diversificada e mais criativa” (SCAVO, 2010, p.60). Assim, a participação se torna um componente essencial na vida democrática, atuando de forma paralela e até de maneira complementar à democracia representativa.

A proposta que se coloca, então, é de interação da representação e da participação, inclusive, como uma saída possível para a crise na qual se encontra a democracia representativa. Nesse sentido, alguns teóricos defendem que para superar a crise da representação, é necessário o fortalecimento de uma democracia mais ampla, que integre os cidadãos às atividades públicas e que crie espaço para a democracia direta que permite a participação efetiva e o controle sobre os atos do governo, não limitando, assim, a participação popular ao voto.

Em relação ao Brasil, é importante destacar que as experiências de participação social ganharam força a partir dos movimentos pela redemocratização e descentralização de poder iniciada na década de 1980, com a supressão dos regimes autoritários. Portanto, a democracia participativa no País, com efetivo exercício da cidadania, é um fenômeno recente.

Nesse contexto, a consolidação da Constituição Federal de 1988 trouxe avanços importantes, inclusive, com a institucionalização de mecanismos que possibilitaram a participação direta dos cidadãos nas políticas públicas, intervindo nas decisões governamentais, a exemplo de plebiscito, referendo e iniciativa legislativa popular, além de outros instrumentos como ação popular, mandato de segurança, mandato de injunção e os direitos de reunião, de associação, de petição e de sindicalização.

É importante destacar, ainda, a formação de um conjunto de instituições que foram propostas pela própria legislação como formas ampliadas de participação, a exemplo dos conselhos, compostos por representantes de governos e de diferentes setores da sociedade. Tratam-se de instituições criadas na estrutura do Estado Brasileiro, pelo Poder Executivo, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, e vinculados a órgãos e entidades da administração pública direta ou indireta, de diferentes políticas públicas.

Eles foram criados em respostas às mobilizações sociais por maior participação na esfera pública, sendo canais permanentes e regulares de interação entre as instâncias de representação e de participação política, como definem Anastasia e Inácio:

Esses conselhos configuram “pontos de entrada” para coalizões de cidadãos e seus líderes na arena executiva, facultando-lhes a interação *face-a-face* com os representantes eleitos ou com os seus agentes (gestores não-eleitos e burocracias públicas). (ANASTASIA E INÁCIO, 2010, P.10).

Embora se organizem de diferentes formas conforme a área política a qual estão vinculados, os conselhos têm basicamente a mesma estrutura, sendo compostos por representantes do governo e sociedade, normalmente de forma paritária. A institucionalização e o fortalecimento desses espaços podem potencializar a igualdade política entre os cidadãos, além de ampliar a oportunidade destes em influenciar, cada vez mais, a formação da agenda política no país, principalmente em relação às áreas que afetam o seu cotidiano.

Cabe ponderar, aqui, que para os cidadãos de diferentes segmentos terem acesso e condições de participar e influenciar igualmente a agenda política é preciso ainda enfrentar a desigualdade social, política e informacional, tão marcante no Brasil. É necessário investir em uma inclusão política, com uma melhor distribuição de recursos, oportunidades e capacidades entre os cidadãos, para que todos possam estar em condições para decidir sobre as políticas de sua preferência.

Mas essas desigualdades podem ser trabalhadas no próprio exercício da democracia participativa, que embora ainda pouco influente, revela-se estratégica para ampliar a qualidade da democracia brasileira.

E a interação entre as instâncias representativas e as participativas aponta para um avanço justamente ao criar oportunidade para os cidadãos de diferentes grupos sociais, a princípio em condições iguais de participação, vocalizarem suas vontades e ajudarem a definir a agenda pública do país, ampliando as bases informacionais e diminuindo as incertezas quanto à implementação de políticas e seus efeitos. Nesse sentido, Anastasia e

Inácio complementam:

Do ponto de vista da qualidade da democracia, o caráter propriamente inovador desses mecanismos deve ser discutido por referência às oportunidades de interação entre as deliberações realizadas em arenas participativas e as deliberações pautadas na representação política, e os seus efeitos com relação ao desenvolvimento das *capacidades* dos cidadãos e de seus representantes para atuarem de forma responsiva ao interesse público em cada uma dessas arenas. (ANASTASIA E INÁCIO, 2010, P.18).

E é nesse contexto que a Política Nacional de Recursos Hídricos se consolida, com os seus conselhos de recursos hídricos e comitês de bacias hidrográficas, com representação de diferentes setores da sociedade, e com poder de deliberação e normatização, em suas respectivas áreas de atuação. Convém reafirmar que esses colegiados são órgãos de Estado, com competências legais e responsabilidades no que diz respeito o desenvolvimento sustentável na bacia. Também são espaços de negociação e base para o envolvimento da sociedade nos debates públicos da política das águas, sendo que o Art. 38, da Lei Federal 9433 aponta como competência primeira para o comitê: I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes.

As reuniões dos comitês e conselhos de recursos hídricos são abertas ao público e fundamentais para fomentar a socialização de dados e informações a respeito da gestão das águas com a sociedade local, compartilhar os desafios, as visões, buscarem de maneira colaborativa alternativas e soluções para os desafios da política de recursos hídricos e para exerceram o controle social sobre a gestão pública. Nesse sentido, é um espaço importante de encontro entre o saber local e o técnico, sociedade e governo, de pessoas com diferentes experiências e expectativas, onde qualquer participante tem direito a voz. Apenas o voto é restrito aos conselheiros.

Os conselheiros são eleitos por meio de um processo eleitoral democrático e empossados pelo chefe do Executivo para um mandato específico, podendo ser da esfera federal ou estadual. No que diz respeito ao número de participantes, varia de acordo com o regimento interno. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por exemplo, é composto por 57 membros com mandato de três anos, e o número de representantes do Poder Executivo Federal só não pode exceder à metade mais um do total de membros.

O período eleitoral torna-se um momento importante para esses conselhos porque abre espaço para que novos representantes integrem o colegiado, ampliando a participação ao incluir novos atores, novas visões e novas agendas de reivindicações.

A representatividade e a legitimidade de um comitê ou conselho de recursos hídricos,

portanto, serão maiores à medida que conseguem mobilizar, convocar e envolver um maior número de atores sociais em suas respectivas bacias hidrográficas para participarem como conselheiros ou como colaboradores.

Entretanto, após duas décadas de implementação da referida legislação, estudiosos da área de recursos hídricos, como Rebecca Abers e Margaret Keck (2004), apontam que a participação social na política de recursos hídricos, mesmo com a descentralização por meio de conselhos e comitês, ainda é incipiente e um desafio importante a ser superado para garantir a consolidação da gestão efetivamente democrática.

Essa participação, entretanto, não deve ser decretada nem imposta, mas construída por meio de um processo contínuo de aprendizagem e mobilização social, como observam os pesquisadores José Bernardo Toro e Nisia Maria Duarte Werneck (2004). E consolidar a participação social na esfera pública não é uma tarefa fácil, pois implica a formação de uma nova mentalidade na sociedade civil brasileira, a partir da concepção de que são os próprios sujeitos quem constroem a ordem social desejada, por meio de uma convivência democrática participativa, rompendo com tradições políticas, históricas e sociais.

Na democracia a ordem social se produz a partir da própria sociedade. As leis são criadas, direta ou indiretamente, pelos mesmos que as vão cumprir e proteger. A convivência democrática começa quando uma sociedade aprende a autofundar a ordem social. E isso também deve ser ensinado e aprendido (TORO e WERNECK, 2004, p 20).

Nesse sentido, em uma convivência democrática, a realidade do País – ordem ou desordem - é construída por todos, por meio do agir e não agir de cada um, e não existe um modelo ideal para ser seguido. A ordem é construída com um princípio de incerteza, e a responsabilidade pelos ajustes e transformações também deve ser compartilhada pela sociedade. Toro e Werneck, ao citar Eduardo Gianetti da Fonseca, falam, entretanto, de um paradoxo brasileiro:

O paradoxo do brasileiro é o seguinte: cada um de nós isoladamente tem o sentimento e a crença sincera de estar muito acima de tudo isso que aí está. Ninguém aceita, ninguém aguenta mais, nenhum de nós pactua com o mar de lama, o deboche e a vergonha da nossa vida pública e comunitária. O problema é que, ao mesmo tempo, o resultado final de todos nós é exatamente isto que aí está (FONSECA, 1994, p.32 apud TORO e WERNECK, 2004, p 17).

Nesse sentido, a democracia pressupõe o autogoverno coletivo e a ordem social é quotidianamente construída por todos. E se a realidade não corresponde ao ideal de sociedade desejado, a responsabilidade também é de todos e só poderá ser transformada por um agir coletivo. E nesse contexto Toro e Werneck definem o conceito de cidadão (2004, p.

21).

A partir do conceito de democracia define-se o conceito de cidadão. Para muitos, o cidadão seria aquele que vota. Mas o voto, apesar de ser um direito do cidadão, não é o que o define como tal. Cidadão é a pessoa capaz de criar ou transformar, com os outros, a ordem social, a quem cabe cumprir e proteger as leis que ele mesmo ajudou criar.

Outra questão que deve ser ressaltada é que o agir coletivamente em um ambiente democrático não significa ausência de conflito. “O conflito é constitutivo da convivência democrática” (TORO e WERNECK, 2004, p. 21). Haverá sempre conflitos de interesses entre diferentes setores da sociedade, que devem ser considerados, discutidos e superados por meio da negociação e do consenso coletivo, colocando o objetivo comum acima das divergências.

A democracia supõe a presença do conflito de interesses entre os diferentes setores, mas supõe que esses conflitos possam ser superados através da deliberação, da participação e da “negociação e consenso” transparente para alcançar benefícios comuns que se expressam em forma de programas, leis e instituições que obrigam e servem a todos (o Público). (TORO e WERNECK, 2004, p. 33)

Diante deste cenário, constata-se que a mobilização social não se traduz em uma simples reunião de pessoas em torno de uma causa, como uma passeata ou uma concentração, embora também as contemple. Mas ela pressupõe um acordo mais amplo, construído através do diálogo e da negociação, e uma nova atitude de pensar e agir coletivamente, se revelando como um processo complexo de negociação e convocação de vontades para transformar uma realidade.

(...) a mobilização social é a reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação determinada causa de interesse público (BRAGA, HENRIQUES e MAFRA, 2004, p.36).

Renan Mafra (2006) complementa que a mobilização social é um processo essencialmente comunicativo, pois para mobilizar é preciso que as pessoas tenham informações e conhecimentos sobre a causa, mais do que isso, que compartilhem sentimentos, valores, visões e responsabilidades acerca dela. Só assim é possível estabelecer um debate, um envolvimento e um desejo de mudança.

O grande desafio que se coloca para a mobilização é, portanto, “*tocar a emoção das pessoas, sem, contudo, manipulá-las*” (BRAGA, HENRIQUES e MAFRA, 2004, p. 37) e permitir que elas tomem posições a respeito das questões públicas de maneira crítica.

De acordo com o autor, a mobilização deve ser entendida a partir da perspectiva

relacional da comunicação, que permite o compartilhamento de visões, discursos, sentimentos, informações, conhecimentos e responsabilidades. O objetivo não é simplesmente informar, mas criar mecanismos para convocar pessoas para uma participação ativa na esfera pública e para promover uma mudança de realidade, mediante propósitos comuns, estabelecidos a partir de uma negociação e consenso. “Em outras palavras mobiliza-se para estimular uma participação maior na vida coletiva, nas questões que afligem a sociedade, em causas que são de responsabilidade de todos” (MAFRA, 2006, p.36).

Os recursos da comunicação estratégica e das relações públicas, como expõe Mafra (2006), são fundamentais em um processo de mobilização social, e utilizam-se de meios, técnicas e ferramentas para deixar um tema visível e colocá-lo publicamente em debate. Dessa forma, Mafra enumera cinco possíveis espaços de visibilidade pública a serem trabalhados pela comunicação estratégica e relações públicas, quais sejam: o midiático massivo; o midiático massivo local; o dirigido, o presencial e o telemático.

Mafra ressalta que a mídia massiva tem um papel importante para promover a visibilidade de uma temática social e potencializar e expandir as discussões acerca do tema no espaço público, inclusive, ampliando a possibilidade de atrair um novo público em torno da causa comum.

A partir dessas possibilidades, projetos de mobilização e movimentos sociais em geral procuram transformar as lutas políticas em lutas por visibilidade e passaram a recorrer à mídia, na tentativa de ampliar entendimentos e conquistar apoio para suas causas. (MAFRA, 2006, p 40)

O espaço midiático massivo é direcionado para o grande número de pessoas e formado pelos meios de comunicação de grande alcance, como emissoras de televisão e rádio nacionais e estaduais, jornais e revistas de grande tiragem e circulação.

As informações que circulam nesse espaço não apresentam especificidades de linguagem ou tratamento da informação quanto ao público que irá recebê-la, direcionando-se em última análise, a qualquer sujeito que se localiza em seu âmbito de circunscrição (MAFRA, 2006, 0 49).

Cabe ressaltar que a grande mídia permite uma ampla difusão e, por conseguinte, uma maior visibilidade aos temas pautados. É também grande formadora de opinião e, ao fazer uma divulgação positiva, pode contribuir com o projeto de mobilização. Mas também tem suas limitações, especialmente, ao que diz respeito a sua efetividade, uma vez que objetiva a ampla difusão de informações, sem a intenção de gerar e manter vínculos fortes entre o espectador/leitor com as notícias divulgadas.

A mídia também sofre influência do mercado e estado, como alerta o pesquisador Silvio Waisbord (2009), em seu dossiê sobre a experiência do jornalismo de defesa civil na América Latina, e acaba por focalizar em questões que são relevantes para os poderosos fazedores de notícias e para as fontes convencionais de notícias. Além disso, segue algumas regras próprias do fazer jornalístico que determinam a cobertura e o valor noticioso de um evento social. Para inserir outras gramáticas sociais na mídia, entretanto, é necessário estudá-la em toda em sua complexidade e criar estratégias para a sua inserção no jornalismo tradicional, com novos olhares. Compreender essa produção, com regras e normas próprias, é um passo importante para provocar as mudanças necessárias para transformar a imprensa em uma plataforma para a manifestação de diferentes interesses dos cidadãos e o fortalecimento da democracia.

Diante deste cenário, cabe ressaltar, ainda, que a mídia não é apenas um meio para difusão de informações, mas também agente que participa do processo democrático, fomentando debates públicos, favorecendo ou desfavorecendo temas e enquadrando os fatos conforme seus interesses, como aponta William Gamson (2011) ao abordar os enquadramentos das ações coletivas no discurso da mídia.

Por essas razões, Mafra alerta que este não deve ser o único espaço a ser considerado no processo de planejamento de comunicação para a mobilização social e a única forma de se gerar visibilidade a uma causa.

O espaço massivo local tem as mesmas características do espaço descrito anteriormente, mas uma abrangência geográfica menor. Os veículos de comunicação também são os mesmos - televisão, rádio, jornal e revista, porém com alcance mais localizado.

Já o espaço de visibilidade dirigida é direcionado a um público específico, pré-determinado, que se classifica por uma afinidade de interesses e, de acordo com Mafra, tem maior impacto e efetividade se comparado com os espaços citados acima. Por ser direcionando a um público que já tem interesse pelo tema, a comunicação dirigida tem mais chance de estimular a participação do público. Em contrapartida não tem muito potencial para agregar um novo público à causa.

Os principais veículos de comunicação dirigida são os jornais e revistas de empresa, de bairro ou de associação, relatórios, informativos e blogs temáticos. Nesse contexto, cabe destacar também a comunicação comunitária que é marcada por um viés social, e normalmente produzida pela comunidade e para servir a própria comunidade. Tem como

veículos rádios comunitárias, jornais e murais públicos.

O espaço de visibilidade presencial é aquele compartilhado entre os indivíduos. Portanto, não se trata de um espaço mediatizado, mas de uma comunicação interpessoal, aberta e face-a-face. Considerando apenas os aspectos qualitativos, consiste na comunicação mais eficaz no processo de sensibilização e mais mobilizadora, apesar de ter menor alcance. São espaços de visibilidade presencial a rua, as praças públicas, reuniões etc.

Por fim, o espaço de visibilidade telemático, gerado na Rede Mundial de Computadores – a Internet, um sistema complexo que envolve tecnologias de informação e comunicação. Embora considerado por alguns como mais um aparato da Indústria Cultural, o espaço telemático também abre possibilidades para a democratização da comunicação, como pondera Beatriz Bretas:

nem tudo o que se apresenta na Internet está compreendido nos domínios da Indústria Cultural. O espaço telemático abriga, também, possibilidades de democratização da comunicação, já que descentraliza os aparelhos de produção cultural, promovendo a ação de vários participantes da rede, ainda que os tradicionais oligopólios da mídia já estejam instalados no novo domínio. As grandes redes de televisão, os impérios jornalísticos, as emissoras de rádio, as agências de notícias e novos veículos, a exemplo dos *search engines*, disputam a condição de portais para os usuários em trânsito no ciberespaço (BRETAS, 2005, p 2).

Nesse sentido, a Internet se apresenta como um espaço estratégico para o desenvolvimento de ações de mobilização social, a partir da apropriação de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs). Não se trata aqui de uma substituição de ações tradicionais de agir coletivamente por ações *online*, mas de uma complementaridade, por meio da combinação com outras ferramentas que continuam sendo usadas no processo de mobilização social, como mídias tradicionais e os encontros presenciais.

Pereira ressalta que a Internet pode colaborar com o processo de mobilização através de boletins, e-mails, listas de discussão, *blogs*, *twitters* e *sites*, e complementa (PEREIRA, 2011, p. 14):

As redes telemáticas se baseiam principalmente em práticas descentralizadas entre as entidades, suas bases e os militantes internautas ocasionais, através da construção de um espaço cooperativo que oferece informações vindas das mais variadas fontes e que pode vir a enriquecer as práticas coletivas. A imediatividade, a capacidade de atingir indivíduos nos mais remotos locais e a construção de redes fazem com que esta tecnologia seja particularmente útil no processo de mobilização para ações políticas.

Por ser o foco deste trabalho de pesquisa, o espaço telemático será detalhado no tópico seguinte, a partir da sua interface com a mobilização e a emancipação política.

2.1 Espaço telemático – Internet

A Internet, a rede mundial de computadores que revolucionou as comunicações e tem impactado o funcionamento das sociedades modernas, nasceu no final dos anos de 1960, no período da Guerra Fria, um conflito militar, político, econômico e ideológico que colocava em lados opostos os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS).

As duas superpotências iniciaram, ainda na década de 1940, uma corrida armamentista, com artefato nuclear, e espacial, que sinalizava para uma Terceira Guerra Mundial “atômica”, com destruições sem precedentes, e expressava toda uma rivalidade técnico-científica entre os dois blocos. Nesse contexto, Manuel Castells (1999) relata que o Departamento de Defesa dos EUA, querendo alcançar superioridade científica e tecnológica sobre a União Soviética, investiu recursos humanos e financeiros na construção de uma rede informática que não os deixassem vulneráveis caso ocorresse um ataque ao Pentágono, onde concentravam informações sigilosas. As pesquisas levaram ao desenvolvimento do projeto ARPANET, que entrou em operação no ano de 1969, com uma tecnologia revolucionária de transmissão de telecomunicações a partir de um sistema descentralizado, sendo o precursor da Internet.

O resultado foi uma arquitetura em rede que, como queriam seus inventores, não pode ser controlada a partir de nenhum centro e é composta por milhares de redes de computadores autônomos, com inúmeras barreiras de conexão, contornado barreiras eletrônicas (CASTELLS, 1999, p 26)

Desenvolvida já em ambiente relativamente de livre criatividade, com contribuições das comunidades científicas e hacker, a “Internet” se manteve em sua fase de aperfeiçoamento como uma rede aberta internacional, com a livre distribuição de códigos fonte, sendo que qualquer pessoa, com conhecimento técnico suficiente, podia utilizar e aperfeiçoar ou desenvolver novos produtos (CASTELLS, 2004).

Assim, a Internet desenvolveu-se em terreno seguro, graças aos fundos públicos e a um projeto de investigação orientado para o cumprimento de uma missão de interesse nacional. Mas foi um terreno que não sufocou a liberdade de pensamento e a inovação (CASTELLS, 2004, p. 41).

De acordo com Castells (2004), o caráter aberto e descentralizado da Internet permitiu o seu desenvolvimento auto-evolutivo e um crescimento em ritmo acelerado, tanto em número de computadores, quanto de aplicativos. Dessa forma, uma série de

acontecimentos levaram à criação da *World Wide Web* (www), em 1990, pelo Inglês Tim Berners-Lee, fazendo emergir a utilização da Internet em escala global, com sua apropriação para a vida social/doméstica. Na sequência, esse uso foi impulsionado pelo desenvolvimento de redes de banda larga com fio (ADSL e fibra óptica) e sem fio (wifi, Bluetooth e 3G), e da internet móvel (WAP).

Com todas essas inovações, o mundo da Internet hoje conecta mais de dois bilhões de pessoas no planeta, o que significa um terço da população mundial, de acordo com dados da União Internacional de Telecomunicações (UIT), órgão ligado à ONU, divulgados em 2011. No mesmo ano, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou uma pesquisa sobre o perfil dos internautas no Brasil, que somavam 77,7 milhões de usuários ativos.

Diante desse cenário, é inegável a importância que a rede mundial de computadores alcançou na sociedade contemporânea, possibilitando novas formas de comunicação e de interações sociais.

A comunicação consciente (a linguagem humana) é o que determina a especificidade biológica da espécie humana. Como a atividade humana está baseada na comunicação e a Internet transforma o modo como comunicamos, as nossas vidas vêm-se profundamente afetadas por esta nova tecnologia de comunicação (CASTELLS, 2004, p.19).

Castells adverte, contudo, que a tecnologia não determina a sociedade, ao contrário, ela é produzida socialmente. Assim, a cultura da Internet foi moldada pela cultura de produtores/utilizadores que estavam na sua origem e configuração. O autor cita quatro estratos culturais que produziram e deram forma à Internet: cultura tecnomeritocrática, cultura hacker, a cultura comunitária virtual e a cultura empreendedora.

Enraizada no mundo científico e acadêmico, a cultura tecnomeritocrática coloca a descoberta tecnológica como componente-chave para o progresso humano e salienta a importância da cooperação e do teste entre pares. A cultura hacker também visa à inovação tecnológica, mas é movida pela genialidade e a criatividade, não estando vinculada a nenhuma instituição. A cultura comunitária virtual, estabelecida pelos primeiros usuários da rede, que embora com conhecimentos técnicos limitados, ajudaram a moldar o comportamento, a forma e o uso da Internet. Por fim, a cultura empreendedora que descobriu o planeta Internet, como um grande potencial de investimento, embora de alto risco, mas com alta capacidade de gerar e ganhar dinheiro.

A cultura da Internet é uma cultura construída sobre a crença tecnocrática

no progresso humano através da tecnologia, praticada por comunidade de hackers que prosperam num ambiente de criatividade tecnológica livre e aberta, assente em redes virtuais, dedicadas a reinventar a sociedade, e materializada por empreendedores capitalistas na maneira como a nova economia opera (CASTELLS, 2004, p.83).

Nesse sentido, a Internet não cria uma nova realidade social, mas trata-se de um novo suporte tecnológico para a sociabilidade e, claro, tem efeitos sobre as atividades sociais, embora não sejam tão impactantes quanto foram anunciadas.

Os resultados de pesquisas realizadas por diferentes investigadores e apresentadas por Castells (2004) mostram que a Internet tem um efeito positivo na interação social e potencializa a sociabilidade, tanto à distância quanto localmente. Mas o autor alerta que existem outras pesquisas que revelam que o uso da Internet pode levar a um maior isolamento social, indicando uma perda na sociabilidade, embora estes estudos estejam em contradição com a maior parte dos dados disponíveis.

Para o autor, a Internet se apresenta como um meio eficaz para manter laços de afinidades, especialmente à distância, uma característica da sociedade moderna a partir do gradual desaparecimento do aspecto local como suporte de sociabilidade desde a década de 50. “Assim sendo, as pessoas não constroem o seu significado nas sociedades locais, não porque carecem de raízes territoriais, mas porque selecionam as suas relações com base nas suas afinidades” (CASTELLS, 2004, p. 156).

E a Internet com a virtualização traz justamente a característica de desterritorialização. Assim, permite que as pessoas, através das comunidades virtuais, mantenham à distância a sua atividade no âmbito familiar, de trabalho e da vida quotidiana, baseadas em suas afinidades e interesses específicos. Mas como adverte Castells, “isto não quer dizer que a sociabilidade baseada no lugar tenha desaparecido por completo” (2004, p 156). O que ocorre é um predomínio das relações sociais mais centradas no indivíduo.

As pessoas organizam-se cada vez mais, não só em redes sociais como em redes sociais ligadas por computador. Por conseguinte, não é que a Internet crie um modelo de individualismo em rede, mas o desenvolvimento da Internet providencia o suporte material apropriado para a difusão do individualismo em rede como forma dominante de sociabilidade. (CASTELLS, 2004, p 161).

Nesse sentido, a estrutura das redes sociais favorece a interação dos indivíduos que compartilham interesses comuns, contribuindo para reconhecer problemas, universalizar valores e visões, disseminar informações e conhecimentos, avaliar possibilidades e argumentar com base nas informações disponíveis. Assim, são criados laços e vínculos que

propiciam a busca de consensos ou não, bem como materialização da ação coletiva.

A comunicação de valores e a mobilização em torno do sentido são fundamentais. Os movimentos culturais (entendidos como movimentos que têm como objectivo defender ou propor modos próprios de vida e sentido) constroem-se em torno de sistemas de comunicação – essencialmente a Internet e os meios de comunicação – porque esta é a principal via que estes movimentos encontram para chegar àquelas pessoas que podem eventualmente partilhar os seus valores, e a partir daqui actuar na consciência da sociedade no seu conjunto (Castells, 2004, p. 170)

Castells avança ao defender que a Internet também contribui para a democratização, uma vez que iguala, de certa forma, as condições para que os diferentes atores sociais e entidades possam agir, além de ampliar as fontes de comunicação e conectar pessoas, possibilitando que elas partilhem as suas visões. Ele ressalta que “o ciberespaço tornou-se uma ágora eletrônica global em que a diversidade de divergência humana explode numa cacofonia de sotaques” (CASTELLS, 2000, p.114-115).

Ao se apresentar como um canal potencialmente horizontal, sem mediadores tradicionais, a Internet possibilita uma comunicação de muitos-para-muitos, de maneira dialógica, e pode ser uma aliada poderosa dos movimentos sociais e agentes políticos, no sentido de potencializar suas ações políticas, informando, convocando e compartilhando suas preocupações e expectativas. Os diferentes espaços midiáticos da rede surgem, então, como alternativa aos meios de comunicação de massa, quebrando o monopólio da opinião pública por estes meios.

Marcus Abílio Pereira (2011) é enfático em afirmar que a apropriação das tecnologias da informação e comunicação pelos movimentos sociais tem favorecido novas formas de ativismo *online*, por meio da mobilização digital. Além disso, o uso da Internet como novo meio de comunicação e propagação da informação permite que os movimentos definam e enquadrem suas próprias demandas, invistam em alvos potenciais, organizem sua ação coletiva, contraponham-se às visões externas repassadas de maneira tendenciosa pela grande mídia e até atraíam a atenção dos meios massivos em alguns momentos estratégicos. Sobre a ferramenta, ele destaca:

(...) trata-se de um dispositivo no qual as interações podem tomar diferentes formas - um para um, um para muitos, muitos para muitos, muitos para um, no qual as informações e comunicações podem circular nos níveis local, nacional ou global e, comparativamente, com baixas barreiras de entrada (Chadwick, 2006), permitindo assim que a contra-informação, tão cara aos movimentos sociais (em função de coberturas algumas vezes tendenciosas e outras vezes não reflexivas dos canais tradicionais da mídia) se desenvolva e alcance espaços e indivíduos a custos mais baixos do que através dos meios tradicionais de informação e

comunicação (PEREIRA, 2011, p. 7).

A Internet possibilita, portanto, a criação de canais informativos e de espaços eletrônicos para a troca de informações, percepções e conhecimentos entre os indivíduos, superando as barreiras territoriais. Também permite a rápida difusão da informação, com custo mais baixos e, inclusive, a publicidade, articulação e inclusão de questões antes “inexistentes”.

Pereira (2011) destaca que o ativismo político *online* pode ocorrer de duas formas: por meio do uso da Internet como apoio às ações políticas que já existem, por exemplo, como meio de informação e mobilização dos participantes sobre uma ação presencial, ou por meio do uso da rede como único meio para a realização da ação, como a invasão de uma página.

A Internet é um instrumento que tem sido utilizado e aprimorado pelos movimentos sociais e que tem promovido mudanças nos repertórios adotados através de novos meios de publicização de informações, novas formas de comunicação e coordenação de mobilizações, através da combinação com outras ferramentas que continuam a ser utilizadas, tais como o fax, o telefone, a mídia impressa, assim como manifestações presenciais. Desta forma, a apropriação das novas TICs para a articulação de ações entre entidades e dentro das próprias entidades não significou uma ruptura com outras ferramentas já existentes (PEREIRA, 2011, p.12).

O autor também ressalta a importância da ferramenta em romper algumas barreiras da participação alcançando indivíduos que não têm vinculações formais a movimentos ou organizações civis, propiciando uma militância que o autor chama de não formal. Estes, se devidamente convencidos, passam a participar de ações periódicas, quando querem, onde querem, a exemplo de assinatura de uma petição *online*. Pereira ressalta que a maior parte da literatura responde que a Internet favorece a ação política nos casos em que os indivíduos já têm interesse pela causa. E a Internet não seria tão efetiva em transformar indivíduos sem engajamento em atores politicamente ativos. Nesse sentido, o instrumento “apenas reduz as barreiras à participação, mas não as rompe completamente como muitos o desejavam” (PEREIRA, 2011, p 18)

Pereira também alerta sobre o otimismo ingênuo que alguns têm em relação ao alcance das ações realizadas a partir da Internet no âmbito da mobilização social. Ele ressalta que as desigualdades socioeconômicas, especialmente, nos países do sul, refletem nas desigualdades de acesso e apreensão do instrumento.

Os custos, a falta de familiaridade com as ferramentas e as distintas noções de tempo e espaço são as principais barreiras a serem rompidas para a

efetivação das interações *online* entre movimentos e suas respectivas bases (PEREIRA, 2011, p. 17)

Castells também fala que a geografia da Internet tem uma distribuição espacial desigual, mais concentrada nos grandes centros urbanos no mundo, nas áreas metropolitanas, estando mais relacionada às questões econômicas, tecnológicas, educativas e culturais, o que reflete um problema de exclusão da rede, que deve ser observado em um trabalho de mobilização e convocação de novos atores sociais nos debates públicos.

Apesar dessas e outras limitações e desafios a serem superados, é inegável que a Internet oferece um suporte tecnológico e é um meio de comunicação importante para as ações de mobilização social. E este estudo tem como objetivo analisar como o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco tem usado as comunidades virtuais em suas estratégias de comunicação e mobilização para a gestão das águas.

3. METODOLOGIA

Como as redes sociais digitais podem ser utilizadas para mobilizar, recrutar e inserir indivíduos em ações coletivas? Este é o questionamento que tem guiado o presente trabalho, com o foco no estudo da participação social na gestão das águas no Brasil.

Para tentar responder a esta pergunta e, após revisão bibliográfica acerca do tema, será examinada no próximo capítulo a *Fan Page* do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) no *Facebook*. Com mais de 21 mil seguidores, a página criada pelo comitê é um espaço de diálogo, compartilhamento de informações e convocação dos participantes para ações, especialmente, em prol da bacia do Velho Chico, conhecido como rio da Integração Nacional, uma vez que abrange sete unidades da federação e 504 municípios brasileiros.

Cabe ressaltar que este trabalho irá analisar os diálogos e as mensagens compartilhadas pelos diferentes atores que fazem parte dessa rede social, entre os dias 1º de janeiro de 2014 a 30 de junho de 2014. Serão analisadas as atitudes e as percepções individuais, mas também como esses indivíduos negociam e produzem sentido coletivamente.

Para melhor explicitar a metodologia que será utilizada na análise da referida página, é importante destacar algumas considerações de William Gamson (2011) sobre as muitas barreiras para a participação ativa dos indivíduos em ações coletivas. Além do problema de consciência política, superestimada por alguns estudiosos de movimentos sociais, o autor garante que outras questões podem inibir a participação de pessoas, mesmo quando elas concordam com as ideias e pautas de um movimento.

Para ele, a apatia de muitos indivíduos é frequentemente causada pela falta de crença no seu poder de transformação de uma dada realidade ou mesmo pelas atribulações da vida pessoal, que tem suas próprias demandas, bem como por uma questão de oportunidade. Como explica Gamson: “mudanças na ampla estrutura ou no clima político podem favorecer ou impedir a chance para que a ação coletiva tenha impacto (2011, p 27).

Para o pesquisador, muitas pessoas têm consciência de que mudanças sociais são necessárias, mas isso não é suficiente para mobilizá-las para a ação. Além disso, ele defende que a consciência política não necessariamente precede e gera a ação coletiva, como acreditam alguns estudiosos:

... a maioria dos estudos sobre movimentos sociais tem dado ênfase à consciência, ao comprometimento, à solidariedade e à identidade coletiva como processos que se desenvolvem de modo simultâneo, influenciando-se e reforçando-se mutuamente (GAMSON, 2011, p. 146).

Para o autor, portanto, a participação na ação coletiva é muito mais que uma questão de consciência e, muitas vezes, as pessoas agem primeiro e, por meio da participação, desenvolvem a consciência política necessária para sustentar a ação. E apesar de todas as barreiras, a história dos movimentos sociais revela diversos momentos em que os indivíduos se mobilizaram e se engajaram em ações coletivas, e conseguiram influenciar e promover mudanças necessárias na realidade em que se encontravam.

Nesse contexto, Gamson identifica enquadramentos da ação coletiva que “inspiraram e legitimaram atividades e campanhas dos movimentos sociais” (2011, p.28), destacando três: *injustiça*, *ação* e *identidade*. E serão a partir destes componentes que os diálogos e as conversações que se desdobram na rede social em estudo serão examinados, na tentativa de compreender como eles atuam no sentido de mobilizar os indivíduos para participação direta ou indireta na política das águas.

É importante explicitar, portanto, cada um desses componentes para uma melhor compreensão da análise. O enquadramento da injustiça expõe uma indignação moral, afirmando que determinada situação ou prática é inaceitável. Segundo pesquisadores dos movimentos sociais, trata-se de um elemento comum em grande parte das lutas sociais, sendo essencial à mudança.

[...] um movimento social é inconcebível longe de um sentido vital de que alguma prática estabelecida ou modo de pensamento está errado e deve ser substituído [...] O elemento comum nas normas de grande, e provavelmente de todos os movimentos, é a convicção de que as condições existentes são injustas (TURNER e KILLIAN, 1987, p. 242 *apud* GAMSON, 2011, p. 55).

Gamson destaca que a indignação impulsiona em direção à *ação*. O enquadramento da ação se refere à consciência de que é possível mudar a realidade, a situação por meio da ação coletiva, o que traz encorajamento para as pessoas participarem ativamente da arena pública. Trata-se de uma tentativa explícita de mobilização e de convite ao agir. O autor pondera, entretanto, que a própria estrutura social e a cultura das sociedades modernas, juntas, produzem um certo desencorajamento nas pessoas quanto às possibilidades do agir coletivo para mudar as condições de sua vida.

Somente uma saída individual parece possível, tipicamente por meio de algum tipo de experiência educacional libertária, que retira a venda dos olhos das pessoas, fazendo-as descobrir a verdade sobre algo, abrindo-lhes oportunidades (GAMSON, 2011, p. 87).

Nesse sentido, esse componente é fundamental no contexto dos movimentos sociais, uma vez que implica o empoderamento dos indivíduos que passam a se sentir agentes

potenciais de suas histórias, negando assim a imutabilidade da situação indesejada, a partir de um agir coletivo, ou seja, através de um “nós”.

E esse “nós” é definido por meio do enquadramento identidade. Nesse sentido, para ser um agente coletivo é preciso fazer parte de um “nós”. Gamson ressalta que alguns movimentos sociais transformam esse processo de identificação de um “nós” em uma parte importante de seu discurso interno e tentam mobilizar pessoas por meio desse componente agregador. É importante ressaltar que a construção do “nós” está tipicamente em oposição a um “eles”, como explica Gamson:

Enquadramento de ação coletiva, ao contrário, opõem duas partes em disputa: “nós” nos mantemos em oposição ou em conflito com algum “eles”. Estes são responsáveis por alguma situação desagradável e têm poder de muda-la, agindo de alguma maneira de modo diferente. “Nós” e “eles” são diferenciados em vez de combinados (GAMSON, 2011, p. 117).

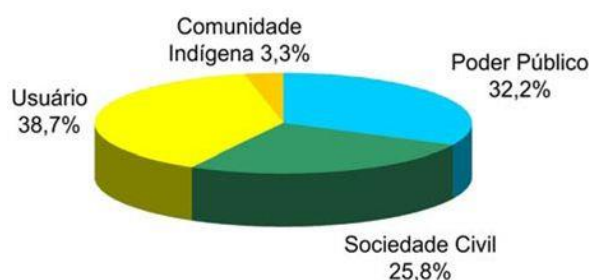
Esses são, portanto, os três elementos dos enquadramentos apresentados por Gamson e que serão trabalhados na análise a seguir. A partir deles será possível identificar nas conversações estabelecidas na rede social em análise a presença ou a ausência de tentativas de mobilização e como eles se articulam no processo de construção de um espírito coletivo.

4.1 *Fan Page* CBH do Rio São Francisco - *Facebook*

A *Fan Page* CBH Rio São Francisco foi criada na rede social *Facebook*, em 2012, pelo próprio Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), um órgão de estado, colegiado, de abrangência federal, composto por representantes dos poderes públicos municipais, estaduais e federal, por diferentes segmentos da sociedade civil e usuários de recursos hídricos.

No total, compõem o Comitê 62 membros titulares e 62 suplentes, com a representação distribuída conforme apresentada na Figura 2.

Figura 2: Representação dos membros do CBH São Francisco por segmentos

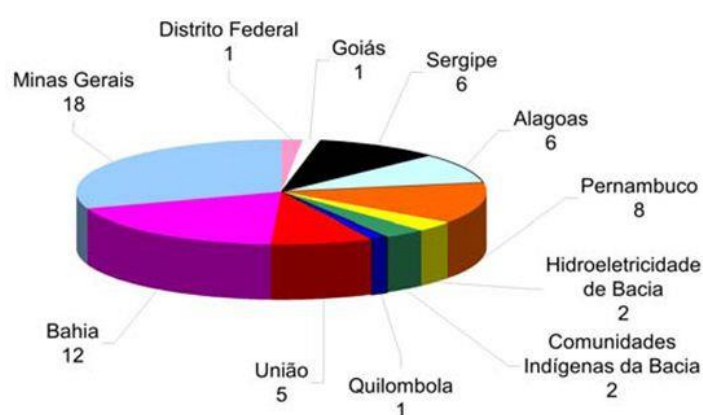


Fonte: Site do CBHSF

Cabe ressaltar que o CBHSF foi criado por Decreto Presidencial em 05 de junho de 2001, e tem atribuições normativas, deliberativas e consultivas, sendo a base da gestão participativa das águas em sua área de atuação, que corresponde a 639.219 km² de área de drenagem, abrangendo as seguintes unidades da Federação: Bahia (48,2%), Minas Gerais (36,8%), Pernambuco (10,9%), Alagoas (2,2%), Sergipe (1,2%), Goiás (0,5%), e Distrito Federal (0,2%), e 504 municípios, ou seja, cerca de 9% do total de municípios do país.

A Figura 3 ilustra a distribuição dos conselheiros do CBHSF por unidades federativas.

Figura 3: Representação dos membros do CBH São Francisco por unidades federativas



Fonte: Site CBHSF

Diante desse cenário, o CBHSF que tem sede no município de Penedo, no Estado de Alagoas, conta com o poder de mobilização da rede social digital para contatar e conectar pessoas que vivem em todas as localidades da bacia e outras que embora não estejam em sua área de atuação se identificam com a causa do Comitê.

Na *Fan Page*, o CBHSF, que é o administrador da página, convida as pessoas a conhecerem e se envolverem na gestão da bacia e se apresenta com um órgão, “que busca conscientizar a população sobre a necessidade da preservação e revitalização do rio”. Nesse espaço de apresentação, o CBH também direciona os visitantes para o seu site institucional. Atualmente, a página conta com mais de 21 mil fãs e, segundo os dados administrativos da página, os usuários com mais envolvimento são de Belo Horizonte, com uma faixa etária entre 18 e 24 anos.

Seguindo a padronização do *Facebook*, a *Fan Page* tem as seguintes seções: *Linha do tempo*, onde são publicadas as mensagens (posts) pelo Comitê; *Sobre*, um espaço com

informações sobre o órgão colegiado; *Fotos*, onde são compartilhadas as imagens especialmente das belezas naturais e das ações coletivas em prol da bacia; *Curtidas*, uma área administrativa que mostra o monitoramento das interações na página, por semana, e *Eventos*, onde são divulgadas reuniões, ações mobilizatórias e convocações diversas. Há ainda na página um espaço específico para publicações que os visitantes direcionaram à página do Comitê.

Neste estudo, foram analisadas as mensagens publicadas na *Linha do tempo* e no espaço de visitantes da *Fan Page*, no período de 1º de janeiro 2014 a 30 de junho de 2014. Foram estudadas, portanto, todas as mensagens postadas nesse período, o que totalizam 80 publicações do CBHSF, bem como os comentários dos seguidores, no total de 155, além de 116 publicações de visitantes.

As mensagens e os comentários foram analisados de acordo com os enquadramentos que inspiram a mobilização e a ação coletiva, identificados por Gamson (2011) e apresentados anteriormente: *injustiça, ação e identidade*. Ressalta-se que os diálogos serão examinados na tentativa de compreender como o CBHSF atua no sentido de mobilizar os indivíduos para participação efetiva na gestão das águas à luz dos três enquadramentos citados que, juntos, são fundamentais para promover a ação coletiva.

4. ANÁLISE DA *FAN PAGE* DO CBH DO RIO SÃO FRANCISCO

A partir das considerações teóricas sobre mobilização e participação social nas políticas públicas das águas, com enfoque na atuação por meio de redes sociais digitais, foi analisado um caso concreto: a *Fan Page*, no *Facebook*, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF). O objetivo foi o de compreender como o CBHSF atua no sentido de mobilizar os indivíduos para participação na gestão das águas, por meio da rede social.

As mensagens analisadas foram publicadas no período de 1º de janeiro de 2014 a 30 de junho de 2014, não somente pelo CBHSF, mas também pelos seus seguidores. Assim, foram avaliados dois espaços na *Fan Page*: a linha do tempo com mensagens postadas pelo Comitê e as publicações dos seguidores, que citam a página do CBHSF, que são divulgadas e armazenadas em local específico.

O conteúdo das mensagens foi examinado detalhadamente, separado por mês de sua publicação, no total de seis meses estudados, com a identificação de elementos dos quadros da *injustiça, ação e identidade*. É importante evidenciar que os resultados aqui obtidos não visam a comprovar efetivamente o potencial mobilizador das redes sociais para a participação social, uma tarefa complexa que exige um estudo mais amplo, em diferentes áreas de atuação. Trata-se, contudo, de uma contribuição para essa agenda de pesquisa, ao observar empiricamente, como tais quadros são relevantes em estratégias de mobilização.

Janeiro/2014

No mês de janeiro foram postadas pelo Comitê oito mensagens em sua linha do tempo. A primeira do ano foi no dia 04, com a seguinte mensagem:

A região do Submédio corresponde a uma área de 17% de todo o território da bacia do São Francisco. Algumas das cidades que estão inseridas nessa região são Jacobina, Morro do Chapéu e Petrolina. Saiba mais sobre o Submédio aqui: <http://bzz.ms/1qDK>

A mensagem, acompanhada por uma bela imagem do rio São Francisco, foi curtida por 48 pessoas e compartilhada por 30. Houve seis comentários, ressaltando a beleza e o amor pelo rio, como o de uma seguidora que publicou: “Somente Deus pode criar algo tão perfeito...”.

As outras seis mensagens publicadas no mês de janeiro tiveram o mesmo objetivo: compartilhar imagens e informações sobre as riquezas e as características naturais do rio, bem como os aspectos culturais e sociais. Os comentários foram poucos, se comparados

com as curtidas e os compartilhamentos, totalizando 14, em sete postagens. Neste caso, todas positivas, de apoio ao rio ou à ação do CBH.

Esses discursos estão mais relacionados ao quadro da *identidade*, por meio do qual o CBHSF busca sensibilizar e convocar indivíduos a fazer parte de um “nós”, despertando o sentimento de encantamento pelo rio e compartilhando informações sobre a realidade desse curso de água, que é dividido pelo Comitê, sob o aspecto administrativo, em baixo, submédio, médio e alto rio São Francisco.

Apenas uma mensagem postada no dia 09/01, teve um enquadramento mais direcionado para a *ação*, convocando os seguidores para uma atitude de consumo consciente:

O consumo consciente é uma prática que faz muita diferença na natureza e também no bolso de quem faz essa escolha. Você já pratica? Veja aqui algumas dicas: <http://bzz.ms/1r9m>

Sem comentários, a mensagem foi compartilhada por três pessoas e curtida por 18. Neste caso, a ação convocada é individual e não uma ação coletiva de protesto, contra um “eles” que possui interesses e valores diferentes. O opositor aqui é mais abstrato e trata-se do desperdício que impacta a sustentabilidade da bacia. Como são todos consumidores, o “nós” é alvo da ação que direciona para uma mudança de comportamento.

Para Gamson, nesse caso o “nós” é agregador de um conjunto de indivíduos, e a mobilização é mais focada no “eu”, não sendo transformado em ator coletivo potencial. “Essas abstrações não apontam para um alvo externo cujas ações ou políticas precisam ser modificadas” (GAMSON, 2011, p.116).

Já as publicações na página feitas pelos seguidores totalizaram 17 em janeiro e houve mais direcionamentos para os quadros de *injustiça* e *ação*.

A primeira convocação para a *ação* foi feita no dia 02/01 por um seguidor para salvar o Velho Chico, como é carinhosamente chamado o rio. A postagem foi acompanhada pelas hashtags #valenossaluta; #festadebomjesuscomdimensaosocialja e #festacomdimensaoambientalja. Houve 26 comentários, com compartilhamento, confirmação de presença, palavras de incentivos e esclarecimentos sobre a ação que aconteceria em Penedo, Alagoas. Nos comentários, também se revelou o quadro da *injustiça*, como o de uma seguidora: “Hoje é a missa comemorativa dos quatro anos de Padre Samuel. Preciso ler uma mensagem de estímulo ao sacerdote do Senhor. Mas pode reservar a minha canoa que eu vou singrando com a frase: Ó RIO QUERIDO, O QUE FIZERAM CONTIGO?”

Neste comentário, a usuária lamenta e questiona o que fizeram desmerecidamente com o rio São Francisco, que atualmente sofre problemas de poluição e diminuição de seu volume em vários

trechos ao longo de seus 639.219 Km². E o compartilhamento e a definição coletiva de injustiças são fundamentais na construção de uma ação coletiva, uma vez que gera revolta e contribuem para o engajamento dos indivíduos, como ressalta Gamson (2001, p.56):

Mas a injustiça focaliza a raiva justa, que gera revolta no íntimo dos indivíduos e trespassa a alma. A injustiça, como argumentei anteriormente, é uma cognição quente, e não um mero julgamento intelectual abstrato sobre o que é igualitário.

Na sequência, vale destacar a mensagem compartilhada por um seguidor da *Fan Page* no dia 03/01, originalmente publicada pelo perfil 'Bota Fé Penedo', que mostra a situação do rio São Francisco em sua passagem pela ponte na cidade de Propriá, Sergipe, que liga este estado ao de Alagoas. A foto divulgada abaixo é impactante e foi acompanhada pela seguinte legenda:

De um lado a foto da Procissão do Bom Jesus dos Navegantes de Propriá como era antes, e do outro lado mostra a foto da situação de calamidade do nosso Velho Chico! Na cidade de Propriá, a 98Km de Aracaju, na região do baixo São Francisco, a situação do rio é preocupante, já que em alguns trechos por onde passava água atualmente existem bancos de areias, que servem de pasto para o gado. O maior deles fica localizado embaixo da ponte que liga Sergipe a Alagoas, onde é possível atravessar da croa até a margem do rio sem dificuldade.

Figura 4: Imagem compartilhada na página do CBH São Francisco no dia 03/01/2014



Fonte: facebook/CBHsãoFrancisco

A mensagem e as imagens acima têm potencial para instigar o enquadramento de injustiça e revelam razões para que as pessoas fiquem indignadas com a situação do rio São Francisco, que no passado recente permitia a navegação naquele trecho.

Outras mensagens divulgaram informações relacionadas à injustiça na bacia do rio São Francisco, como a postada originalmente por outro seguidor:

A seguidora Denise Pedrosa está preocupada com a situação do Rio São Francisco. "Ontem sobrevoei o Rio São Francisco. Fiquei arrasada! O rio está morrendo! Dezenas de bancos de areias já estreitam seu leito e volume. É muito triste. Haverá, ainda, uma solução para o Velho Chico?"

Além desses relatos de injustiças, é identificado também o enquadramento *identidade* em oito mensagens que tratam das riquezas, dos valores e de informações técnicas da bacia. As demais mensagens estão relacionadas a informações gerais e divulgação de seminário.

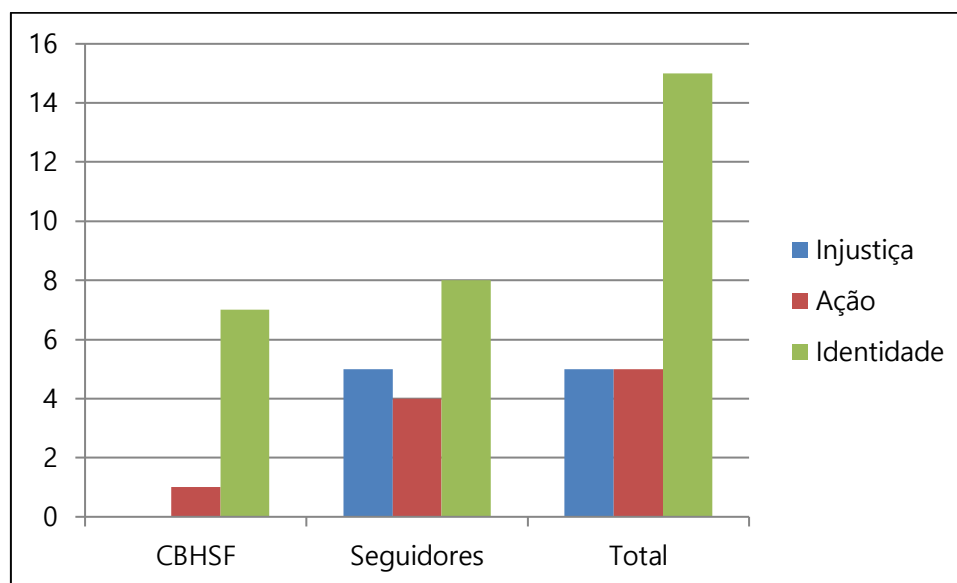
Para uma melhor compreensão será apresentado, no Quadro 1 e na Figura 5, o resumo quantitativo das mensagens publicadas pelo CBHSF e pelos seguidores, distribuídos pelos quadros de *injustiça, ação e identidade*.

Quadro1: Mensagens publicadas em janeiro/2014 na Fan Page do CBH São Francisco

Mensagens	Total	Injustiça	Ação	Identidade
CBHSF	08	-	01	07
Seguidores	17	05	04	08

Fonte: Elaborada pela autora

Figura 5: Enquadramento das mensagens publicadas em janeiro de 2014



Fonte: Elaborada pela autora

Fevereiro/2014

No mês de fevereiro, foram publicadas pelo CBHSF nove mensagens, sendo que todas relacionadas ao enquadramento *identidade*. Por meio delas, o Comitê trabalhou o sentimento de pertencimento dos seguidores, resgatando em seu imaginário as belezas, as delícias e os orgulhos da bacia do São Francisco, além de divulgar informações técnicas e gerais da bacia.

Destaca-se, neste contexto, a divulgação do livro "Os Chicos – Prosa e Fotografia" do fotógrafo Leo Drumond e do jornalista Gustavo Nolasco, dois mineiros que registraram o cotidiano da população ribeirinha, a partir do olhar e das impressões das pessoas que habitam a bacia. A obra é divulgada como vencedora do Prêmio Jabuti 2012, na categoria fotografia.

A postagem mais compartilhada pelos seguidores ressaltava, entretanto, que “o Velho Chico não é importante só para os moradores das cidades ribeirinhas, esse rio é considerado uma das maiores riquezas naturais de todo o Brasil”. A mensagem foi curtida por 43 pessoas e compartilhada por 26, sendo que os dois comentários existentes lembravam que o rio está morrendo.

Pelos seguidores, foram publicadas na *Fan Page* também nove mensagens em fevereiro. As notícias que se referiam à *injustiça* foram mais expressivas, no total de cinco, sendo que três delas relatavam a injustiça na cobrança pelo uso da água na região e outras duas, a situação de degradação na qual está a bacia. Uma quinta postagem divulgou o vídeo da música Boato Ribeirinho, composição de Nilton Freitas, Wilson Freitas e Wilson Duarte, que anuncia que o Velho Chico pode morrer e pergunta: “o que será de mim que só tem esse rio para beber?”. Junto com o vídeo, a seguidora convocou os demais seguidores para uma *ação* em defesa do rio, embora não revelasse claramente a ação nem o opositor, conforme mensagem abaixo:

Meus amigos e amigas, esse vídeo é um dos mais lindos que já tenho visto e que defende uma causa: a causa do nosso Velho Chico. Gostaria que vissem e compartilhassem. Ele é uma forma de conscientizar todos que usam nossas águas. Que será de nós? Que será de José, Serafim, índios, ribeirinhos, pescadores? **E conclamo a todos e todas para se unirem conosco na luta pela defesa do nosso Velho Chico.** Não deixem o rio morrer...Se não morremos nós... de fome e de sede e de sei lá o quê...Vamos juntos defender essa causa...Nossos rios, nascentes, afluentes estão condenados a morte com o avanço do capitalismo cruel e destruidor...São Francisco Vivo: Terra, Água, Rio e Povo.(Grifo nosso).

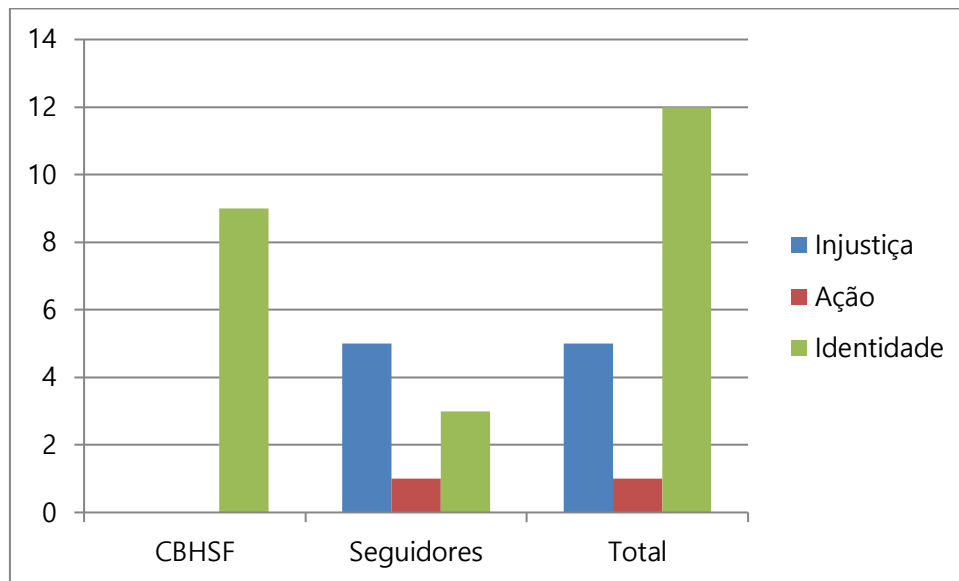
As demais notícias foram informações culturais e gerais sobre a bacia que contribuem com a construção de laços e vínculos entre os seguidores e despertam o amor e a admiração pelo o rio. Cabe ressaltar que esse sentimento de orgulho e pertencimento à bacia, ao somar com o sentimento de injustiça, é efetivo para o engajamento dos indivíduos na ação coletiva, e desperta nos seguidores um sentimento de corresponsabilidade em relação ao rio e impulsiona a vontade de transformar a dada realidade.

Quadro1: Mensagens publicadas em fevereiro/2014 na *Fan Page* do CBH São Francisco

Mensagens	Total	Injustiça	Ação	Identidade
CBHSF	09	-	-	09
Seguidores	09	05	01	03

Fonte: Elaborada pela autora

Figura 6: Enquadramento das mensagens publicadas em fevereiro de 2014



Fonte: Elaborada pela autora

Março/2014

No mês em que se comemora o Dia Mundial da Água, o CBHSF postou apenas duas mensagens em sua página, sendo uma sobre as condições climáticas e os biomas da bacia e outra sobre as espécies de maçaricos, aves migratórias, que são encontradas na região. Informações de caráter apenas informativo, e que despertaram a atenção de quatro seguidores que comentaram a publicação, especialmente, pelas belas imagens do rio.

Os seguidores também não fizeram menção ao Dia Mundial da Águas, e de nove postagens, cinco se referiam à divulgação de cursos e seminários. O seguidor que havia postado em fevereiro retomou a discussão sobre a cobrança pelo uso da água, na qual destacou que a região do submédio é responsável por 70,06% do valor da Cobrança na bacia do rio São Francisco, insinuando uma *injustiça*. De acordo com sua mensagem, os usuários de água dessa região são os que mais contribuem com a cobrança na bacia, enquanto outras regiões do São Francisco, como o oeste da Bahia, possuem grandes produtores de grãos que não pagam pelo uso da água por captarem em rios de domínio daquele Estado, que ainda não decidiu pela cobrança.

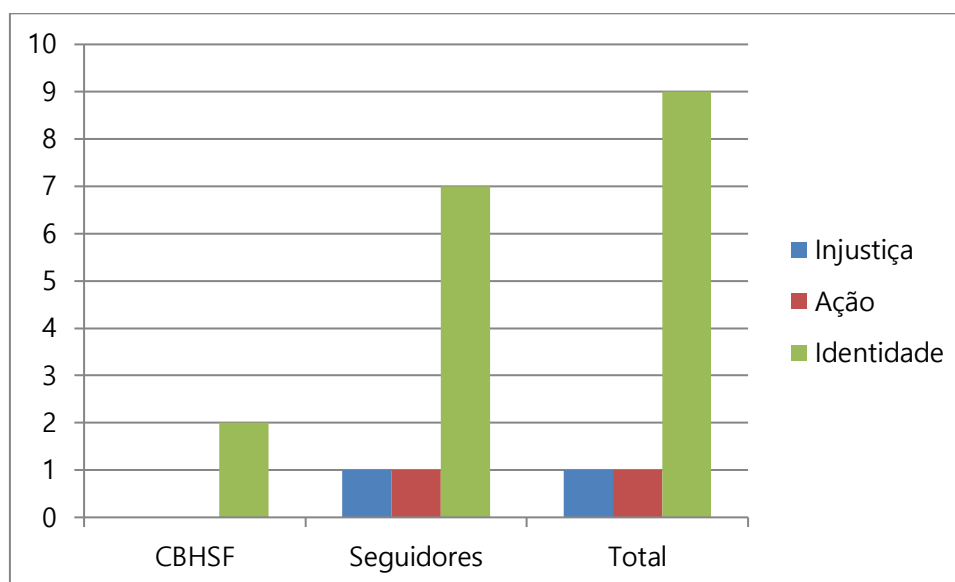
Há também mensagens de parabenização ao CBHSF pelas ações de sustentabilidade na bacia, informações sobre aspectos naturais da região e outra que antecipa a divulgação do lema “Eu viro carranca para defender o Velho Chico”, que é usada mais adiante para convocar pessoas para uma ação coletiva pelo Dia Nacional de Defesa do Rio São Francisco, dia 03 de junho.

Quadro1: Mensagens publicadas em março/2014 na Fan Page do CBH São Francisco

Mensagens	Total	Injustiça	Ação	Identidade
CBHSF	02	-	-	02
Seguidores	09	01	01	07

Fonte: Elaborada pela autora

Figura 7: Enquadramento das mensagens publicadas em março de 2014



Fonte: Elaborada pela autora

Abril/2014

Como nos meses anteriores, as postagens do CBHSF, no total de seis, teve como foco principal a caracterização da bacia, especialmente em seus aspectos naturais, com divulgação de belas imagens da bacia. Apenas um alerta sobre os impactos da produção de carvão para a região do São Francisco, um discurso importante no processo de compartilhamento dos problemas da bacia, que estimula o desenvolvimento de um enquadramento de injustiça.

Nas nove mensagens compartilhadas pelos seguidores, destacam-se a preocupação com a vazão reduzida do rio, o que reflete na disponibilidade hídrica, no total de três postagens, e a contaminação da nascente geográfica do rio. Essas mensagens estão mais relacionadas ao enquadramento de *injustiça*, gerando uma sensação de desrespeito, de situação imerecida e indevida para com o rio, como constatado nos comentários.

Além das mensagens de parabenização, divulgação de eventos e compartilhamento de fotos, destaca-se, ainda, que um seguidor mencionou a divulgação da campanha “Eu viro carranca para defender o Velho Chico”, ao divulgar este lema, mas sem muitas informações. No mês

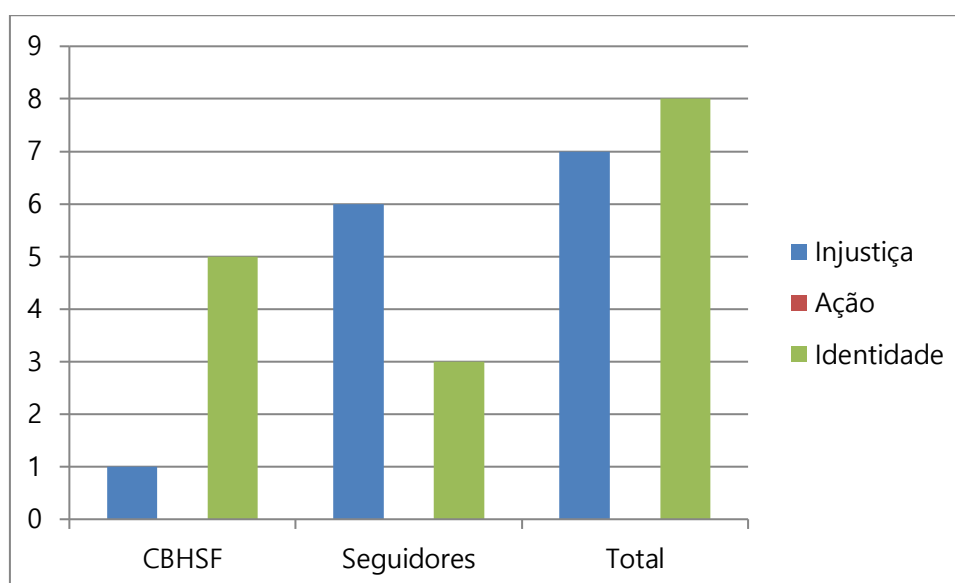
seguinte, o CBHSF lançou a campanha oficialmente.

Quadro1: Mensagens publicadas em abril/2014 na Fan Page do CBH São Francisco

Mensagens	Total	Injustiça	Ação	Identidade
CBHSF	06	01	-	05
Seguidores	09	06	-	03

Fonte: Elaborada pela autora

Figura 8: Enquadramento das mensagens publicadas em abril de 2014



Fonte: Elaborada pela autora

Maio/2014

Em 12 de maio, foi lançada oficialmente na página do CBHSF a campanha ‘Eu viro carranca pra defender o Velho Chico’, por meio da qual o Comitê convocou todos os seguidores “para embarcarem na luta em prol de melhorias para o nosso querido rio da integração nacional”. A campanha foi preparada para mobilizar a bacia para o Dia Nacional de Defesa do Rio São Francisco, em 03 de junho, e já havia sido sinalizada por dois seguidores nos meses anteriores, embora sem muitas explicações.

Nesse mês, foram publicadas 29 mensagens pelo Comitê, sendo que 27 estavam diretamente relacionadas à campanha. É importante destacar que nos quatro primeiros meses houve uma média de seis mensagens publicadas pelo CBHSF, por mês, e 11 pelos seguidores, com compartilhamento na página do Comitê. No mês em que se lançou oficialmente a campanha, esse número mais que quadruplicou, nos caso dos posts do CBHSF, e mais que dobrou, nos caso dos seguidores.

Os seguidores foram chamados também para ajudar na divulgação, sendo estimulados a usar um avatar personalizado nas redes sociais, conforme Figura 9, e uma capa estilizada para o Facebook,

além da hashtag #virecarranca, do banner da campanha para inserção em outros blogs/sites e do compartilhamento das publicações da página da *Fan Page* do CBHSF sobre a carranca.



Figura 9: Avatar da Campanha

Fonte: www.cbhsaofrancisco.org.br

A maior parte dessas publicações era de personalidades da bacia que “viraram carranca”, complementadas com informações sobre as ações de mobilização a serem realizadas por toda a bacia, além de vídeos e fotos vinculados à campanha.

Trata-se, portanto, da principal mensagem de convocação para *ação* publicada nesta rede social no período analisado. Também da maior participação *online*, totalizando 2.251 curtidas, 1.183 compartilhamentos e 40 comentários. A maior parte dos comentários foi de apoio à campanha e sinalizando que eles também viraram carrancas, como o de uma seguidora que escreveu: “Fui, sou e sempre serei CARRANCA em defesa do Velho Chico”.

Ainda no âmbito da campanha, vale destacar a postagem realizada no dia 23/04, que relaciona as consequências da seca do São Francisco com a falta de energia elétrica, uma questão que pode afetar a vida de todos. O CBHSF trabalha aqui para aproximar o tema com o dia a dia dos seus seguidores, uma vez que a questão da proximidade influencia diretamente o engajamento das pessoas com a ação coletiva, como ponderou Gamson (2011). No final da imagem, o CBHSF que ressalta que essa é uma luta de todos, porque o problema e suas consequências afetam a todos.

Figura 10: Mensagem publicada na *Fan Page* do CBHSF



Fonte: Facebook/CBHSaoFrancisco

Nesse sentido, outras mensagens também foram trabalhadas como a falta de peixe e o aumento do consumo de pescados importados na bacia, e a vazão ecológica e os usos múltiplos da água.

As mensagens postadas na página pelos seguidores também foram mais significativas nesse período, totalizando 30, sendo que 15 estavam relacionadas à campanha, com palavras de apoio, como a publicado por um seguidor no dia 12/05:

É um trabalho em favor da Bacia Hidrográfica com suas quase 19 milhões de pessoas, 504 cidades, 6 estados e o DF. O Velho Chico que tanto nos deu água em abundância e peixe em fartura agora precisa de nós para não morrer. Não é boato ribeirinho, não. O São Francisco pode morrer se não ajudarmos nesta campanha, portanto, ajude na Campanha do São Francisco Vivo e vire carranca para defender o Velho Chico!

No dia 29/05, outro seguidor escreveu:

Defendendo o rio São Francisco, o "Velho Chico", companheiro do Brasil em todo seu caminhar de vida... Enquanto projetos cretinos (de PT e PSDB e de outros "pês" partidários...) querem a "transposição" de suas águas, o rio continua pedindo socorro... Aderi e quero somar nesta causa do CBH do Rio São Francisco... Eis a mensagem: "Mais de mil pessoas já enviaram suas fotos e viraram carranca pra defender o Velho Chico! Entre neste movimento e ajude a divulgar a causa nas redes sociais. Acesse o carrancator e faça a sua montagem pelo nosso site". O "link"

é: <http://bit.ly/carrancator>. Tô nessa! Participe você também... É fácil, fácil... e faz tão bem!... Vire Carranca!

Nessa mensagem, em que o seguidor reforça o convite à ação, percebem-se também elementos do quadro de injustiça, uma vez que o autor revela descontentamento com os governos que desenvolvem projetos considerados por ele como cretinos, a exemplo da transposição do rio São Francisco. Ele também revela claramente quem é o “eles” a quem deve se opor: governos de diferentes partidos, destacando o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Outras cinco mensagens estavam diretamente relacionadas ao quadro da injustiça, com destaque para o problema de vazão no município de Três Marias, duas falavam da necessidade de revitalização da bacia e os problemas ambientais, algumas vezes associados à Campanha. Um seguidor, inclusive, fala da importância de se resgatar os problemas da bacia como forma de sensibilização para a campanha. O post é do dia 23/05:

Sugestão para quem administra esta comunidade: eu sugiro colocar fotos mostrando, por exemplo, o nível do Lago de Três Marias que está quase seco, a cidade de Pirapora que passa por um momento dramático por causa da seca. Vai mais fundo pessoal. Só colocando essa carranca aí vocês não sensibilizam ninguém não.

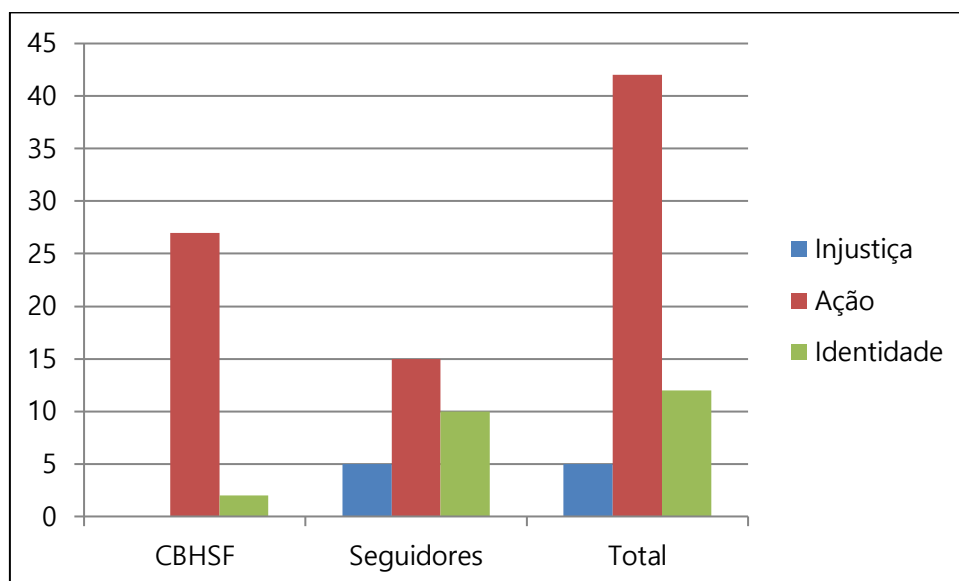
As demais publicações, no total de 10, eram relacionadas à identidade e tratavam de vídeos, fotos e notícias gerais sobre o Velho Chico.

Quadro1: Mensagens publicadas em maio/2014 na *Fan Page* do CBH São Francisco

Mensagens	Total	Injustiça	Ação	Identidade
CBHSF	29	-	27	02
Seguidores	30	05	15	10

Fonte: Elaborada pela autora

Figura 11: Enquadramento das mensagens publicadas em maio de 2014



Fonte: Elaborada pela autora

Junho/2014

Em junho, a campanha “Eu viro carranca para defender o Velho Chico” continuou em evidência, sendo o momento de sua maior projeção, uma vez que é o mês em que se comemora o Dia Nacional de Defesa do Rio São Francisco (03/06). No total, foram publicadas 26 mensagens e 16 estavam diretamente relacionadas a ela.

Cabe ressaltar que o conteúdo das mensagens neste mês tratava mais da cobertura dos eventos que aconteceram ao longo da bacia. Também houve muito compartilhamento das notícias divulgadas na grande mídia a respeito da campanha, como matérias publicadas na Folha de S. Paulo e no programa Globo Rural.

Na construção dos discursos nesse momento é visível a existência de duas partes em disputa: “nós” e “eles”, como apresentado no capítulo anterior, baseado nas discussões de Gamson (2011).

Nesse sentido, o “nós” são os participantes da causa promovida pelo CBHSF e o “eles” é apresentado pelos participantes da campanha principalmente como o poder público.

O coordenador da Câmara Consultiva Regional do Submédio rio São Francisco, Uilton Tuxá, em entrevista para o Globo Rural, publicada na página, por exemplo, deixou claro que o que precisava ser feito para combater os problemas de quantidade e qualidade das águas do rio São Francisco estava mais relacionado às políticas públicas e ao investimento dos governos em programas de revitalização, que não estariam acontecendo da forma que eles entendiam necessário.

E foi com esse sentimento de que muito ainda precisa ser feito que a campanha foi encerrada. A figura abaixo deixa claro que é só o começo: “Nossa sementinha germinou! Obrigado, Carrancas!”. E finaliza: “Afim, todo dia é dia de lutar pela preservação e revitalização do Velho Chico”. Um chamamento para uma ação contínua.

Figura 12: Mensagem publicada na Fan Page do CBHSF, no dia 05/06



Fonte: Facebook/CBHSaoFrancisco

As mensagens postadas pelos seguidores nesse período também foram focadas na campanha, sendo que de 42 posts, 23 faziam referência a ela, especialmente, com fotos e informações das atividades desenvolvidas no dia 03/06, ao longo de toda a bacia em comemoração ao Dia Nacional de Defesa do Rio São Francisco.

Também foram publicadas 16 mensagens relacionadas ao quadro da identidade e 03 da injustiça. Destaca-se a mensagem que informa sobre a contaminação dos rios da bacia do Paracatu, afluente do São Francisco, pelo arsênio, uma substância causadora do câncer e outras doenças.

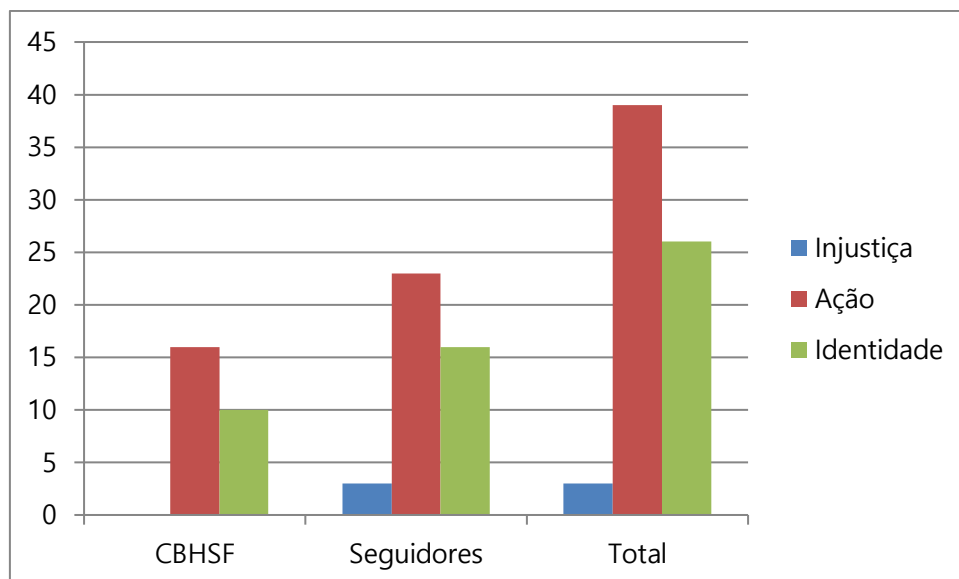
Quadro1: Mensagens publicadas em junho/2014 na Fan Page do CBH São Francisco

Mensagens	Total	Injustiça	Ação	Identidade
CBHSF	26	-	16	10

Seguidores	42	03	23	16
------------	----	----	----	----

Fonte: Elaborada pela autora

Figura 13: Enquadramento das mensagens publicadas em junho de 2014

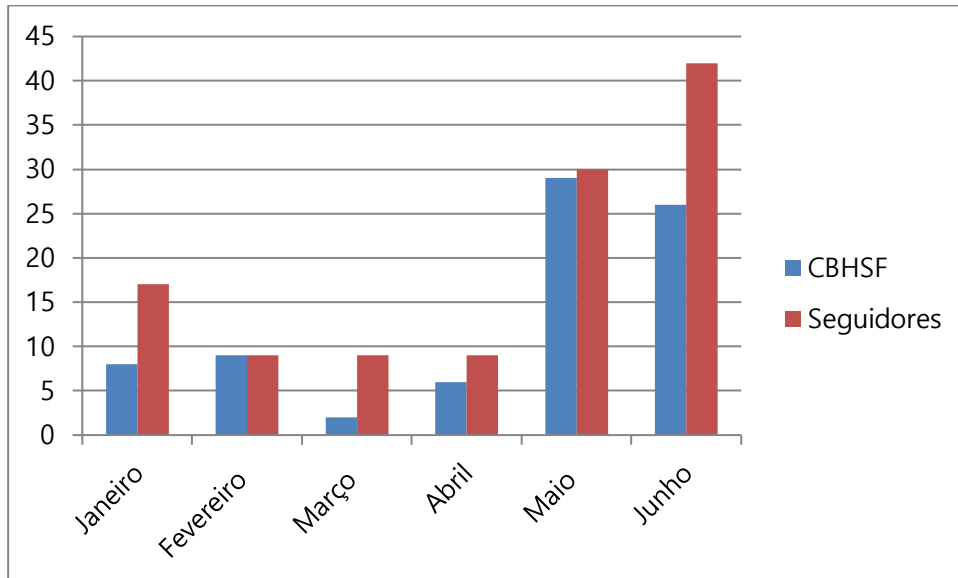


Fonte: Elaborada pela autora

4.1 Análise integrada

A partir de uma análise integrada dos dados percebe-se que o CBHSF e seus seguidores tiveram comportamento semelhante ao longo do período estudado, no que diz respeito à participação e à distribuição de mensagens publicadas por mês, considerando o aspecto quantitativo. Inclusive, nos meses de maio e junho, quando foi realizada a campanha “Eu viro carranca para defender o Velho Chico”, houve maior uso da rede social pelos dois perfis estudados, como mostra a Figura 14.

Figura 14: Mensagens publicadas pelo Comitê e seguidores na Fan Page do CBHSF



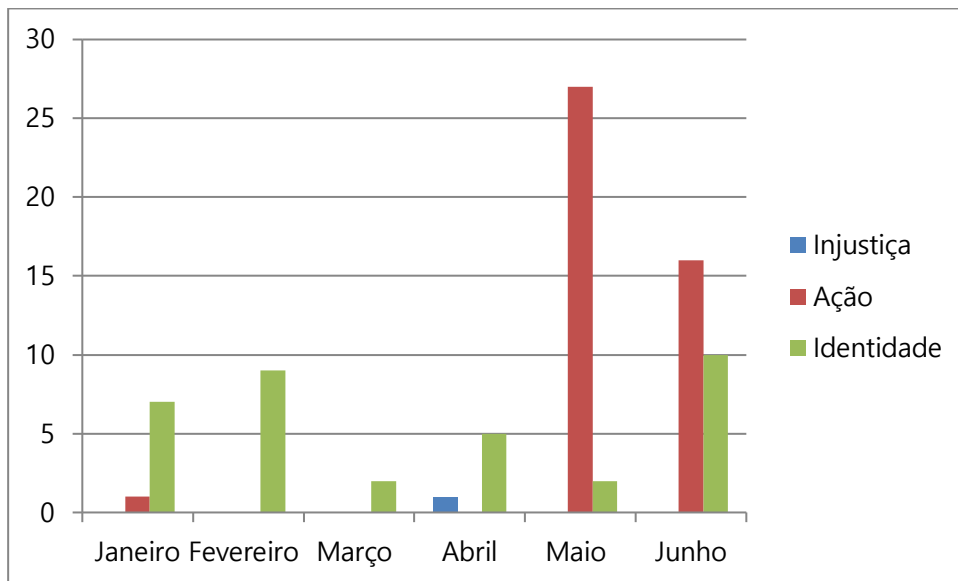
Elaborado pela autora

Nos meses de janeiro a abril, o CBHSF utilizou a rede social especialmente para compartilhar mensagens e imagens que construía e reforçavam o quadro *identidade*, como mostra a Figura 15, despertando e resgatando o sentimento de pertencimento à bacia do rio São Francisco nos seguidores da *Fan Page*. Esse é um momento importante no processo de mobilização, quando as entidades trabalham com o convencimento da importância de uma causa e buscam construir um consenso em torno dela, com uma definição clara de quem é o agente coletivo, o “nós” da ação.

O quadro da injustiça foi trabalhado pelo Comitê apenas em abril, mês que antecedeu o lançamento da Campanha “Eu viro carranca para defender o Velho Chico”. Esta foi a principal ação convocada pelo Comitê no período estudado. O objetivo, defender o rio.

Ressalta-se aqui a estratégia do CBHSF de elaborar e negociar sentido ao longo dos quatro primeiros meses compartilhando informações, visões e valores em relação à causa e motivando a interação entre os seguidores, ampliando o nível de solidariedade do grupo, o que é essencial para o sucesso de uma ação coletiva.

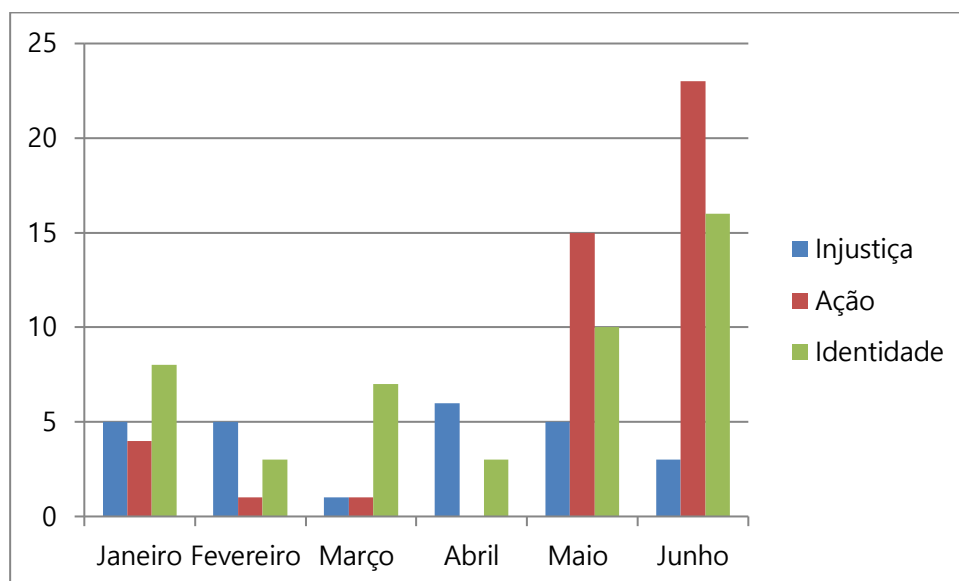
Figura 15: Mensagens publicadas pelo CBHSF de acordo com o enquadramento



Elaborado pela autora

O quadro da *injustiça* foi trabalhado na página do Comitê pelos seguidores, durante todo o período estudado. Eles respondiam às mensagens sobre as potencialidades da bacia publicadas pelo CBH, com indignação em relação à situação atual do rio São Francisco, reconhecendo e pontuando os problemas e ressaltando a necessidade de mudança. A Figura 16 mostra claramente que além de reforçarem o quadro da identidade, intensamente trabalhada pelo Comitê, e convocarem para ações localizadas, os seguidores adotaram também a narrativa de injustiça, que é estratégica na construção e sustentação da ação coletiva. Esse *frame* é importante porque na medida em que os descontentamentos são interpretados, generalizados e difundidos, criam-se condições para a geração de apoio e estimulam o agir em prol da mudança.

Figura 16: Mensagens publicadas pelos seguidores na Fan Page do CBHSF



Elaborado pela autora

Cabe ressaltar, ainda, que a rede social foi usada como um meio de comunicação estratégico para alcançar pessoas que poderiam compartilhar seus valores e atuar na construção conjunta de um projeto de transformação da realidade da bacia do rio São Francisco. Assim, todas essas mensagens do quadro da *identidade* e *injustiça* foram importantes para impulsionar o engajamento dos indivíduos na ação coletiva convocada pelo Comitê em maio de 2014.

Percebe-se na Figura 15, que no período da campanha, a participação dos seguidores na página do CBHSF praticamente triplicou. As mensagens eram compartilhadas principalmente por aqueles que estavam participando das ações locais promovidas no âmbito da Campanha. A rede social foi usada, portanto, nesse momento de forma complementar a uma ação tradicional de manifestação social, com passeatas e outras atividades mobilizatórias em diferentes pontos da bacia e, inclusive, como apoio para organizar, divulgar e convocar as pessoas para participarem dos encontros presenciais programados, favorecendo a mobilização e fortalecendo a ação. Assim, as atividades pontuais que ocorreram em locais isolados da bacia foram conectadas e se transformaram em um grande evento em rede, chamando a atenção inclusive da grande mídia. Posteriormente, a rede se tornou um espaço para compartilhar a cobertura dos eventos promovidos e construídos coletivamente.

Nessa experiência, ressalta-se, portanto, o papel da rede social no processo de mobilização e construção de um espaço cooperativo, atraindo e conectando indivíduos em lugares mais remotos, especialmente, aqueles que já tinham interesse pela causa.

5. CONCLUSÃO

Os estudos realizados no intuito de se conhecer o papel das redes sociais digitais no processo de mobilização mostraram que a Internet é um espaço estratégico para reunir um grande número de pessoas em torno de uma causa e para estruturar e viabilizar ações coletivas. Trata-se de uma tecnologia que permite a difusão da informação e do conhecimento de maneira ampla, ágil e com baixo custo, além do potencial para conectar pessoas com interesses comuns, embora de diferentes localidades (inclusive, de lugares longínquos e isolados). É também um meio altamente interativo que abre espaço para o diálogo e o compartilhamento de visões e valores, que são fundamentais para unir e engajar as pessoas em movimentos que visam à transformação de uma dada realidade.

Embora revele uma série de limitações, inclusive, referente à exclusão digital, a Internet oferece uma série de ferramentas que favorecem a mobilização social. Isso não significa, obviamente, que ela possa substituir totalmente as ações coletivas tradicionais. A Internet, em sua multiplicidade de formas, dispositivos e interfaces, atua de maneira complementar, apoiando e impulsionando o trabalho de mobilização e a ação coletiva.

Todas essas questões foram reforçadas ao estudar a *Fan Page* do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no Facebook. Utilizada como uma ferramenta de comunicação, a página do Comitê é um espaço que reúne pessoas que têm afinidade com a causa em prol do Velho Chico, embora estejam em diferentes localidades.

A partir da análise dos discursos estabelecidos na rede, tendo como base os enquadramentos de ações coletivas apresentados por William Gamson - *identidade, injustiça e ação*, foi constatado também que o Comitê utiliza a Internet, em grande parte do período analisado, como um espaço para se compartilhar informações e conhecimentos sobre a bacia, despertar o sentimento de pertencimento, estabelecer laços e vínculos entre os participantes, fortalecendo assim a *identidade* dos seguidores da página.

Trabalhar inicialmente nesse enquadramento é fundamental para o processo de definição da identidade coletiva, ou seja, “quem somos”, além de aumentar a solidariedade do grupo, ao longo do tempo, enquanto os indivíduos interagem, compartilham sentidos e valores e influenciam-se. Assim, com a construção de um “nós” claro e coletivo, a mobilização social tem mais probabilidade de ter um efeito positivo e um engajamento maior e mais sólido.

O quadro de injustiça também é trabalhado pelo comitê, embora mais fortemente pelos seguidores, que se manifestam indignados com a atual situação de rio São Francisco,

que sofre com a poluição e a redução do volume em vários trechos de seu curso de água. Esse componente é considerado por Gamson (2011) como a chave para a integração dos três elementos do enquadramento de ação coletiva, uma vez que a indignação aumenta a atenção dos indivíduos ao movimento, promove uma identificação pessoal com o grupo que se sente injustiçado, impulsiona a vontade de mudança e direciona à ação.

Constatou-se, ainda, que a convocação para ações nos primeiros meses foram feitas de forma individualizadas, especialmente, pelos seguidores. No período estudado, a grande convocação aconteceu após quatro meses de um trabalho coletivo intenso – comitê e seguidores - para a construção da identidade e para despertar o sentimento de injustiça e revolta em relação a atual condição do rio.

Quando a convocação foi posta, muitos atores já estavam sensibilizados a se engajarem em uma luta pela transformação da realidade do Velho Chico. Tratava-se da campanha “Eu viro carranca para defender o Velho Chico” pelo Dia Nacional de Defesa do Rio São Francisco. Este foi o momento que houve maior participação dos seguidores na página do Comitê.

É importante ressaltar que essa ação não foi apenas estabelecida *online*, mas o Facebook foi utilizado como apoio para divulgar a campanha, informar sobre as atividades a serem realizadas e mobilizar as pessoas para participar das ações presenciais que aconteceriam ao longo de toda a bacia, inclusive, em lugares isolados. Nesse sentido, a *Fan Page* foi importante para conectar diversos eventos menores e localizados, transformando-se em um grande evento em rede, que chamou a atenção, inclusive, da mídia massiva, que divulgou as ações. Assim, a rede social foi usada como um instrumento de apoio às ações coletivas tradicionais, potencializando o processo mobilizatório já existente.

Nesse sentido, a pesquisa reforça o papel mobilizador das redes sociais, mas também alerta para suas limitações, como a distribuição geográfica da Internet e a desigualdade de acesso, que podem restringir o processo de mobilização. Os estudos apresentados por Castells (2004) apontam que a exclusão digital ocorre segundo a condição econômica, de gênero, a situação étnica, o nível de habilitações acadêmicas, a deficiência e o carácter geográfico. Mas o autor garante que de uma maneira geral os índices de acesso à Internet estão a aumentar para grupos sociais citados acima, exceto à “desigualdade racial que continua a constituir o traço distintivo dos EUA e provavelmente de outros lugares, na Era da Internet” (Castells, 2004, p. 293), e reforça o papel estratégico da Internet para as ações de mobilização social.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca e JORGE, Karina Dino. **Descentralização da Gestão da Água: Por que os comitês de bacia estão sendo criados?** Ambiente & Sociedade – Vol. VIII nº. 2 jul./dez. 2005.

ABERS, Rebecca Neaera. 2010. **Água e Política: Atores, Instituições e Poder nos Organismos Colegiados de Bacia Hidrográfica no Brasil**. São Paulo: Annablume. file:///C:/Users/m1146729/Downloads/Abers_-_Introducao_Agua_e_Politica-libre.pdf

ABERS, Rebecca Neaera; KECK, Margaret. 2004. **Comitês de Bacia no Brasil, uma abordagem política no estudo da participação social**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, Campinas, v. 6,n.1, maio de 2004. Disponível em <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/104>. 2004;.

ADÃO, Nilton Manoel Lacerda. **A Formação do Ambientalismo no Brasil: um recorte histórico de 1968 a 1988**. Disponível em < <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=710&class=21> > 2009.

ANA – Agência Nacional de Águas. **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2009**. Disponível em < http://conjuntura.ana.gov.br/conjuntura/grh_singreh.htm >. 2009.

ANA – Agência Nacional de Águas. **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2013**. Disponível em < http://arquivos.ana.gov.br/institucional/spr/conjuntura/webSite_relatorioConjuntura/projeto/index.html > 2013.

ANASTASIA, Fátima; INÁCIO, Magna. **Democracia, Poder Legislativo, Interesses e Capacidades***. Cadernos ASLEGIS, 40. mai/ago 2010, p.33-54. ISSN 1677-9010.

ASSUNÇÃO, Francisca Neta A. e BURSZTYN, Maria Augusta A. **As Políticas das Águas no Brasil**. Disponível em <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/encuen/neta.pdf>>. 2001.

AVRITZER, Leonardo e SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para ampliar o cânone democrático**. Disponível em <<http://www.eurozine.com/articles/2003-11-03-santos-pt.html>>. 2003.

BRAGA, Clara S.; HENRIQUES, Márcio S.; MAFRA, Rennan L. M. **Planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade**. In HENRIQUES, Márcio S. Comunicação e estratégias de mobilização social. Belo Horizonte: Autêntica. 2004.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 24 de fevereiro de 1891. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>.

BRASIL. Decreto Nº 848, de 11 de outubro de 1890. **Código Penal Brasileiro de 1890**. Disponível em < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. 1890.

BRASIL. Lei Nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. **Código Civil Brasileiro**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. 1916.

BRASIL. Plano Nacional de Recursos Hídricos. Síntese Executiva - português / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos.- Brasília: MMA, 2006.

BRETAS, Maria Beatriz Almeida Sathler. **Contestações nos discursos telemáticos**. UFMG, Belo Horizonte. Disponível em <<http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/0/0f/GT5Texto020.pdf>>

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

FREIRIA, Rafael Costa. **Direito das Águas: Aspectos legais e institucionais na perspectiva da qualidade**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, X, n. 40, abr 2007. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1738>. Acesso em maio 2014.

GAMSON, William A. **Falando de Política**. Tradução: Ângela Cristina Slagueiro Marques – Belo Horizonte, Autêntica, 2011

HENKES, Silvana Lúcia. **Histórico legal e institucional dos recursos hídricos no Brasil**. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 66, jun. 2003. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/4146/historico-legal-e-institucional-dos-recursos-hidricos-no-brasil/2>>. 2003.

HENRIQUES, Márcio Simeone. (org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica. 2004.

JACOBI, Pedro. **Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas**. In: Ribeiro, W. (org.) Publicado em Patrimônio Ambiental – EDUSP – 2003. <http://www.cpd1.ufmt.br/gpea/pub/jacobi_movimento%20ambientalista-brasil-edusp.pdf>.

JESUS JÚNIOR., Guilhardes de. **Mobilização social e direito ambiental no Brasil: uma abordagem histórico-crítica**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, IX, n. 28, abr 2006. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=938>. Acesso em mar 2014.

MAFRA, Rennan Lanna Martins. **Entre o espetáculo, a festa e a argumentação: mídia, comunicação estratégica e mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MATOS, Marlise. “Cidadania porque, quando, para quê e para quem? Desafios contemporâneos ao Estado e à democracia inclusiva”. MATOS, Marlise; LINO, Nilma; DAYRELL, Juarez. In: **Cidadania e a luta por direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais**. Belo Horizonte, UFMG, 2009 (texto do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, p. 9-58).

MELO, Geórgia Karênia Rodrigues Martins Marsicano de; MARACAJ, Kettrin Farias Bem; DANTAS NETO, José. Histórico evolutivo legal dos recursos hídricos no Brasil: uma análise da legislação sobre a gestão dos recursos hídricos a partir da história ambiental. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 100, maio 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11606&revista_caderno=5>. Acesso em maio 2014.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino, CUNHA, Eleonora Schettini Martins. **Relatório: aprimoramento de eventos da ALMG**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas

Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política, 2012. 255 p.

MINAS GERAIS. **Manual dos Conselheiros. Comitês de Bacias Hidrográficas.** Disponível em <http://comites.igam.mg.gov.br/images/manual_do_conselheiro.pdf>

ONU. Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – 1972. Disponível em <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/estocolmo1972.pdf>> 1972.

PEREIRA, Marcus Abilio. **Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital.** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>>.

SCAVO, Davide Giacobbo. **A Teoria Democrática e a Participação Social: as trajetórias participativas em Recife e em Módena.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/1/8301/1/DavideGS_DISSERT.pdf>

SILVA, Maria Aparecida Mendes. **A Dominalidade e a gestão das águas: inconstitucionalidade do artigo 1.290 do Código Civil.** Revista Virtual Faculdade de Direito Milton Campos. Ano 4, 2006. Disponível em <<http://www.revistadir.mcampos.br/PRODUCAOCIENTIFICA/artigos/fernandaaparecidamendessilva.pdf>>.

SILVA, Solange Teles. **Proteção Internacional das Águas Continentais: a caminho de uma gestão solidária das águas.** Anais do XV Congresso Nacional do CONPEDI/UEA - Manaus: DATA: 15, 16, 17, e 18 de Novembro de 2006 ISBN: 978-85-87995-80-3. Disponível em <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/solange_teles_da_silva.pdf>. 2006.

TORO, Jose Bernardo & WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização social – um modo de construir a democracia e a participação.** Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

TUCCI, Carlos E. M. **Desenvolvimento dos Recursos Hídricos no Brasil.** <disponível

em: <http://www.eclac.cl/drni/proyectos/samtac/inbr00404.pdf>> 2004.

WAISBORD, Silvio. **A sociedade civil pode mudar o jornalismo? A experiência do jornalismo de defesa civil na América Latina.** Dossiê. SBPJor, 2009.



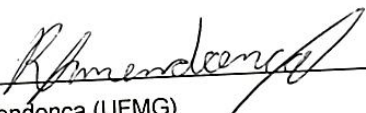
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH
Departamento de Ciência Política
Centro de Referência em Ciências Humanas - Sala 305 - Anexo
Av. Antônio Carlos 6627 Pampulha - Campus Pampulha.
Belo Horizonte/MG - CEP 31270-901
E-mail: adm_edist@fafich.ufmg.br TEL: (031) - 3409-5004

ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Aos 5 (cinco) dias do mês de novembro de 2014 (dois mil e quatorze), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada **"COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: O PAPEL DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS NO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL, COM UM OLHAR SOBRE A GESTÃO PARTICIPATIVA DE RECURSOS HÍDRICOS."** elaborada por **Caroline Matos da Cruz Correia**.

A Comissão, composta por Ricardo Fabrino Mendonça e Rayza Sarmiento, após apresentação da monografia, deliberou pela sua **aprovação**, o que confere à aluna o título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Belo Horizonte, 5 de novembro de 2014.



Ricardo Fabrino Mendonça (UFMG)



Rayza Sarmiento (UFMG)